

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAMEGO,
REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2024**

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se na Freguesia de Vila Nova de Souto d'El-Rei, designadamente nas instalações do Complexo Desportivo de Lamego, a sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória, datada de 23 de abril de 2024.

ABERTURA

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 09.30 horas, tendo Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e Carlos Manuel Almeida Loureiro como primeira e segundo secretários, respetivamente.

PRESENCAS

Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Josefa da Conceição Tomeno Fernandes Pinto em substituição de Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Viriato Pina de Lemos, Domingos Manuel Pinto do Nascimento, em substituição de Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Leopoldina Maria Lopes Cardoso Pinto, em substituição de Milene Daniela da Fonseca Geadá, Ricardo Luís de Albergaria Samara Antunes Robalo, em substituição de Vítor Nuno Gomes dos Santos, Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, e os senhores Presidentes de Juntas de Freguesias, Avões - Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Britiande - Germano Correia Ribeiro, Cambres - Adelino Gomes Magalhães, Ferreirim - Wilson Miguel Lima Teixeira, Ferreiros de Avões - António Patrício Ribeiro Esteves, Figueira – Teresa Maria Cardoso Fernandes Fonseca, Lalim, Bruno Miguel de Morais Carneiro, Lamego - Nuno Miguel Lázaro Gonçalves, Lazarim - Paulo Henriques Almeida Loureiro, Penajóia - Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Samodães - Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Sande - Maria do Sameiro Morais Rodrigues Gregório, União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca - Sérgio Pedro da Rua Capela - União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções - António Manuel dos Santos Rodrigues, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier, Várzea de Abrunhais - Maria Otilia da Silva Teixeira, e Vila Nova de Souto D'El Rei - Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.

AUSÊNCIAS

O senhor **Presidente da Assembleia** justificou as ausências dos membros, Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Constantino da Costa Vaz, Milene Daniela da Fonseca Geada e Vítor Nuno Gomes dos Santos.

1. ASSUNTO: 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se, ainda, ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, tendo-se verificado a seguinte inscrição para intervir:

1- **João Avelino**, residente em Lamego.

1- Tomou a palavra o senhor **João Avelino** para proferir a seguinte intervenção: *“A minha intervenção prende-se com algumas considerações, que, na minha ótica, reputo como sendo importantes. É, sobretudo, uma crítica ao modelo de comemoração do 25 de abril que temos tido ao longo dos anos. Entendo que na comemoração dos 50 anos do 25 de abril, uma data marcante, deveriam ter sido consagrados alguns aspetos que considero importantes e até necessários.*

Para elaborar um programa para as comemorações do 25 de Abril é normalmente criada uma Comissão eventual, mas para comemorar os 50 anos, deveria ter sido criada uma Comissão de Honra, na qual fosse possível incluir lamecenses que, de algum modo, tivessem estado intimamente ligados à luta antifascista, ou pelo menos deviam ter procurado encontrar essas pessoas e tê-las homenageado, ou então apenas ter referido a sua participação nesse período negro da nossa história.

Na Sessão Solene foi prestado um tributo aos atuais Presidente da Junta do nosso concelho, aos antigos Presidentes da Câmara de Lamego e antigos Presidentes da Assembleia Municipal de Lamego, não tenho nada contra e até concordo, mas, do meu ponto de vista e estando também no âmbito da municipalidade, teria feito muito sentido terem-se lembrado de figuras importantes que marcaram a instituição da democracia na cidade de Lamego, como é o caso do Dr. Alfredo de Sousa.

O Dr. Alfredo de Sousa foi perseguido pela PIDE, foi visado pelo antigo regime, foi proibido de exercer a sua atividade profissional e teve até que se afastar de Lamego, o que lhe criou bastantes constrangimentos.

Gostaria de ter visto também uma maior participação do CTOE – Centro de Tropas de Operações Especiais de Lamego, incluindo atividades dentro do próprio quartel.

Gostaria igualmente de ter visto a presença dos militares que foram na coluna do Capitão Delgado Fonseca e de ver referenciado o nome de dois militares lamecenses, que há 50 anos estiveram no epicentro da revolução, que acompanharam e foram elementos ativos no desenrolar do golpe, que são o Major Lino e o Tenente-coronel Jorge Magno, duas figuras importantes e testemunhas desse momento único que foi a Revolução do 25 de abril de 1974.

Faltou, ainda, na minha opinião, a grande festa, a festa popular, a festa de rua, pois como todos sabem, a festa do 25 de abril é uma festa do povo e foi na rua que se firmou e se consolidou o termo revolução. O que tivemos inicialmente foi o golpe militar, que só se firmou como revolução quando o povo se juntou, abraçou os militares e subiu para as viaturas militares. Foi aí que se homologou o golpe militar, foi na rua e essa festa na rua faltou na cidade de Lamego.

O que aconteceu no Centro Multiusos de Lamego, foi bonito também, e aproveitei para agradecer o convite que me foi feito para participar nesses momentos lúdicos, fi-lo com muito gosto e foi uma honra, no entanto, gostaria de ter visto o movimento popular na rua. Fazermos essa comemoração apenas em sedes partidárias ou em restaurantes da cidade, é um pouco redutor daquilo que deveria ter sido a grande manifestação desta data marcante, são cinquenta anos, meio século de liberdade, de um acontecimento que fez com que pudéssemos estar hoje aqui.

Relembro que nos próximos dois anos iremos celebrar datas também muito importantes e espero que quem tiver a responsabilidade de organizar essas comemorações, avive esses eventos e faça o que é legítimo fazer para celebrar esses dias tão significativos. Refiro-me concretamente às primeiras eleições livres, realizadas em 1975. Na época, tinha apenas 9 anos, mas lembro-me perfeitamente da importância que teve, para muitas pessoas, o ato simples de ir votar, e que teve e tem um peso vital na história do nosso país. E refiro-me também à consagração da nossa Constituição da República que aconteceu em 1976.

Não termino a minha intervenção sem prestar o meu tributo a todo o esforço feito para a realização das comemorações que tivemos, mas que entendo que poderiam e deveriam ter tido outra amplitude, outra grandeza e sobretudo a participação popular. No meu ponto de vista, deveria ter-se congregado as associações e o povo na Avenida Dr. Alfredo de Sousa, ou noutra espaço público para ser dado o “grito de liberdade”.

No uso da palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** proferiu o seguinte: “Quero agradecer ao senhor João Avelino a sua intervenção e dizer-lhe que as críticas construtivas, como as que faz regularmente, sobretudo porque é uma pessoa que está sempre disponível para participar, têm de ser consideradas de uma outra forma.

Quando as críticas construtivas são proferidas por pessoas que, quando desafiadas para participar, aceitam, de imediato, colaborar com o município e de forma totalmente abnegada, como é o caso do senhor João Avelino, têm um peso redobrado, na minha opinião.

Nesse sentido, quero só dizer que, quanto à participação do Centro de Tropas e Operações Especiais de Lamego e da valorização da ação dos militares de Lamego

na intervenção do 25 de abril, o CTOE participou na Sessão Solene, à semelhança dos anos anteriores e participou também nas Comemorações realizadas em Lisboa. Foi, ainda, lançado um livro do Professor Alberto de Almeida, que retrata, precisamente, a intervenção militar do CTOE no processo do 25 de abril.

Foi um livro que tive a honra de prefaciar, de ler e entendo que, dessa forma ficou assinalada e marcada a presença e a importância dos militares de Lamego na Revolução do 25 de abril.

Relativamente à visita ao quartel, recordo que, no ano de 2022, no âmbito das comemorações do 25 de abril, fizemos uma caminhada que implicava uma visita aos dois quartéis do CTOE e foi, de facto, um momento importante que entendemos não repetir este ano. Nesse sentido, penso que temos dado aos quartéis a importância que merecem.

A ideia é que as cerimónias comemorativas do 25 de abril não se tornem muito repetitivas, mas há um modelo que eu, em conjunto com os representantes dos grupos municipais alinhámos e que temos entendido que é um modelo que tem correspondido aos objetivos das comemorações, no entanto, não é fechado.

Mas a propósito ainda da apresentação do livro, tentámos que estivesse presente o Coronel Aprígio Ramalho, que é lamecense, e é Vice-Presidente da Associação 25 de Abril, no entanto, por questões de agenda, não lhe foi possível estar presente, mas certamente que iremos desafiar-lo a estar presente em futuras comemorações.

Relativamente à questão da festa, o que aconteceu no Pavilhão Multiusos de Lamego, que também é um espaço público, foi um evento realizado de portas abertas, tendo sido lançado ao público, que se quisesse inscrever, 400 lugares completamente gratuitos. O número de inscritos rondou apenas os 300 e, portanto, só não participou quem não quis, pois a oportunidade foi dada a todos.

A festa poderia ter sido maior se a adesão tivesse sido maior, mas entendo que não foi por termos feito um evento fechado, muito menos foi uma festa de círculo de amigos ou círculo político, essa crítica tenho que refutar.

Posso aceitar que poderão dizer que a adesão não foi maior, porque abrimos as inscrições muito tarde, ou porque não foram devidamente divulgadas, mas não aceito que digam que o evento não foi feito num espaço público, ou que não foi aberto a toda a comunidade.

Por último, o objetivo da Sessão Solene foi precisamente marcar o que tem sido o papel do poder local e bem sabemos que as primeiras eleições livres aconteceram dois anos após a Revolução do 25 de Abril, mas, ainda assim, entendemos que se deveria fazer uma homenagem às Freguesias do Concelho de Lamego e aos antigos Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal de Lamego.

Ainda no que diz respeito ao que aconteceu no Pavilhão Multiusos de Lamego, um dos objetivos foi envolver as entidades locais e as coletividades locais, muitas não puderam estar presentes, mas não quero deixar de agradecer ao Racho de Fafel, à Academia de Música de Lamego, à Banda Filarmónica de Magueija, ao senhor João Avelino, ao artista lamecense Paulo Paradela e a todas as pessoas que tornaram aquele evento possível, nomeadamente os funcionários do Município de Lamego.

É óbvio que podíamos ter feito mais, podíamos ter tido umas comemorações com outra amplitude, ainda assim, se me permitem, entendo que a Sessão Solene foi muito digna, foi própria da data que estávamos a assinalar, foi efetuado o devido reconhecimento a pessoas que deram e continuam a dar muito ao Município de Lamego e foi feito também o reconhecimento às freguesias, que são essenciais no modelo de construção do poder local. À tarde fez-se a festa que ambicionávamos, no entanto, um pouco aquém dos objetivos pretendidos. Muito obrigada pela sua intervenção.

Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas** para proferir a seguinte intervenção: *“Começo por cumprimentar o senhor Presidente da Junta de Vila Nova de Souto D`El Rei. Queria felicitá-lo por estarmos no seu território e faço-o de forma muito emotiva, porque tenho aqui as minhas raízes. Vila Nova de Souto D`El Rei será sempre D`El Rei, da República e da democracia também e do 25 de abril também. Muito obrigado por nos acolher aqui na sua freguesia.*

Relativamente às considerações feitas pelo nosso concidadão, João Avelino, tenho a dizer que é verdade que é impossível fazer tudo diferente e igualmente bem, de forma diferente, mas não deixo de lhe dar razão.

Reconheço que as nossas comemorações dos 50 anos do 25 de abril tiveram brilho e dignidade, mas, de facto, faltou algo mais relacionado com o lado do povo. Mormente esse almoço aberto a quem quisesse inscrever-se, estou convencido que se houvesse um arraial ao ar livre, provavelmente não seriam necessárias inscrições, pois as pessoas adeririam mais espontaneamente.

Do meu ponto de vista, aquilo que eventualmente possa ser melhorável, em próximos eventos desta natureza, diz respeito à juventude. Considero que temos de conseguir, de algum modo, captar mais a juventude para esta causa da democracia. Aliás, acho que esta Assembleia Municipal tem a obrigação de proteger as juventudes partidárias, porque geralmente carregam o ónus do lobismo e, ao mesmo tempo, carregam o ónus da juventude que não se interessa por nada.

Julgo que esta Assembleia Municipal tem obrigação de proteger as juventudes partidárias, até porque, digamos em boa verdade, é da sua atividade que, de uma forma mais ativa, depende a atividade da juventude na defesa da democracia,

principalmente em tempos tão conturbados como os que vivemos hoje e que nos preocupam a todos.

Portanto, entendo que um dia devemos refletir sobre isto e tentar perceber como é que é possível aproximar mais as juventudes partidárias da Assembleia Municipal. Estamos a falar do futuro, do futuro dos partidos que promovem e defendem a democracia e que têm esse conjunto de jovens interessados e entusiasmados, mas que, no cômputo geral, e na ideia generalizada que as pessoas têm sobre as juventudes partidárias, não ser a melhor. Nesse sentido, temos que defender as juventudes partidárias.

De facto, estes 50 anos do 25 de abril foram feitos por muita gente, nomeadamente aqueles mais institucionalizados, como é o caso dos Presidentes de Junta, dos Presidentes de Câmara e dos Presidentes das Assembleias Municipais. Mas há também um outro grupo de pessoas institucionalizadas que defendem a democracia, de vez em quando vêm à Assembleia Municipal e curiosamente são menosprezados, que são os membros da Assembleia Municipal.

Há membros da Assembleia Municipal que já viram passar muitos Presidentes da Assembleia Municipal e já debateram com muitos Presidentes de Câmara e que também já viram passar ao seu lado muitos Presidentes de Junta.

Creio que os membros da Assembleia Municipal não são devidamente reconhecidos, considerados e ilustrados. Dá até a impressão que são pessoas menores, dentro daquilo que são as funções democráticas.

Os membros da Assembleia Municipal, ou deputados municipais, são membros eleitos e não se reconhece, muitas vezes, ao deputado municipal o correspondente às suas obrigações. As obrigações que um deputado municipal tem dentro do município, não são posteriormente reconhecidas, dando a impressão que são pessoas eleitas como sendo de segunda categoria, quando sabemos claramente, e sem menosprezo pelos senhores Presidentes de Junta, que estão na Assembleia Municipal por inerência e com direito a voto, que os deputados são enormemente eleitos para estas funções. Aliás, senhor Presidente, o senhor também é um deputado municipal, foi eleito, entre nós, para estar nessa Mesa, mas sinto que, realmente, os deputados municipais são a parte fraca da democracia do poder local.

Sem entrar em ordens de grandeza, e perdoem-me o atrevimento, os senhores Presidentes de Junta são eleitos por um determinado grupo da população para desempenhar determinadas funções, todos eles são eleitos para representar um grupo mais restrito e os deputados são eleitos por um conjunto maior. A eleição de um deputado municipal é a abrangência de todo o concelho e não de uma freguesia em particular.

Volto a dizer que há deputados municipais que o são há mais de dez, quinze, vinte e até trinta anos e já viram passar muitos Presidentes de Câmara, e eles ficaram, muitos Presidentes de Assembleia, e eles ficaram e muitos Presidentes de Junta e eles ficaram. Portanto, entendo que futuramente também será importante destacar o papel desempenhado pelos deputados municipais, até por uma questão de justiça. E, já agora, será importante também lembrar que já houve muitos Presidentes de Junta. Esta questão não é simples, mas o difícil também tem que ser dito. Tenho a obrigação de defender os deputados municipais, porque até agora e, desde que me lembro, estão sempre na carruagem de trás da democracia e, neste caso em particular, desde o 25 de abril de 1974, do poder local. Pessoalmente, não me contento com isso.-----

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para afirmar o seguinte: “O que acaba de dizer faz muito sentido, mas a questão das homenagens é sempre complexa, porque há a dificuldade de perceber onde se traça a linha de corte, sobretudo porque as cerimónias têm um determinado período de tempo.

O nosso objetivo foi tentar homenagear, de forma simbólica, através dos Presidentes das Assembleias Municipais, também essas Assembleias Municipais, mas é claro que acaba por haver uma personalização.

Também se podia colocar a questão dos antigos Vereadores, e foi discutida essa possibilidade no âmbito da Comissão, entre mim e os respetivos representantes dos grupos municipais, mas entendemos que as homenagens aos antigos Presidentes de Câmara e antigos Presidentes das Assembleias Municipais eram homenagens simbólicas, enquanto representantes dos órgãos que lideraram, e às freguesias, na pessoa dos atuais Presidentes, mas uma homenagem às freguesias como um todo.

É claro que ainda se podia discutir a homenagem aos antigos membros das Juntas de Freguesia, das Assembleias de Freguesia, os antigos membros das Assembleias Municipais e estou totalmente de acordo, seria uma grande homenagem a todo o poder local dos últimos cinquenta anos, que não é impossível de fazer, mas era impossível fazê-la no momento da Sessão Solene do 25 de abril. Nesse sentido, foi esta a nossa linha de corte e ao traçar uma linha, há sempre quem fique incluído e quem fique excluído.

A crítica é justa, tem todo o sentido, mas o critério foi este, foi isto que na altura discutimos e que decidimos.”

2. ASSUNTO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para cumprimentar todos presentes na sessão, e um cumprimento especial para a população de Vila Nova de Souto D’el Rei, na pessoa do senhor Presidente da Junta de Freguesia, dando, de seguida, a palavra para proferir uma mensagem de boas vindas, uma vez que hoje é o anfitrião desta Assembleia Municipal.

Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D' el Rei** para proferir a seguinte intervenção: *“Chegou a nossa vez. Coube hoje à freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei acolher a realização de mais uma sessão da Assembleia Municipal descentralizada, o que muitos nos orgulha e honra. Agradecemos a honra e desejamos as boas vindas a todos.*

Não sendo uma freguesia pequena em número de habitantes, é maior e muito dispersa em território, com vários lugares, como Chãos, Arneirós, Lamelas, Fraga, Póvoa, Juvandes e Lanhosa.

É uma freguesia delimitada por várias estruturas funcionais, como a Escola de Hotelaria e Turismo do Douro, aqui mesmo ao lado, o Complexo Desportivo, onde nos encontramos, o Centro de Tropas de Operações Especiais, o Lar da Santa Casa da Misericórdia de Lamego, entre outras, das quais destaco o maior e mais representativo símbolo de Lamego, o Santuário da Nossa senhora dos Remédios.

Somos hoje uma freguesia bem diferente do que éramos há décadas atrás, somos um povo trabalhador e empreendedor, com diversas empresas aqui sediadas, dando um grande contributo à economia do concelho.

Estamos em desenvolvimento e esse desenvolvimento exige de mim e da Junta de Freguesia cada vez mais e melhores respostas, as quais temos que procurar e reivindicar junto do Município de Lamego e, neste sentido, quero agradecer ao senhor Presidente da Câmara e ao Executivo Municipal, bem como a todos os serviços municipais a atenção e o apoio financeiro que nos têm dispensado.

Não podendo dizer que está tudo feito para melhorar a qualidade de vida dos nossos fregueses, porque não está e, por isso, peço publicamente a continuidade da sua ajuda, do vosso apoio para podermos concluir o nosso progresso e desenvolvimento, que será também o progresso do concelho.

O senhor Presidente da Câmara conhece bem as nossas necessidades e os nossos anseios, o que nos sossega, pois contamos sempre consigo.

Por último quero deixar uma palavra aos habitantes da minha freguesia e dizer que podem sempre contar comigo, pois estarei sempre presente.

Não termino sem antes fazer referência a um facto curioso, pois há cerca de 20 anos, por mão do senhor Presidente da Câmara, Francisco Manuel Lopes, foi inaugurada a sede da Junta de Freguesia a qual atualmente se encontra em fase de requalificação, que só é possível também com a sua ajuda, através do protocolo de cooperação financeira que estabelecemos com o Município de Lamego. Aliás, em termos de intervenções feitas pela mão do atual Presidente da Câmara na minha freguesia, tenho muito que enumerar, nomeadamente ao nível do melhoramento de vias, como é o caso da Rua Visconde de Arneirós, da Rua D. José I, da estrada de acesso ao Santuário da Nossa Senhora dos Remédios, da estrada de acesso ao Lar da Santa

Casa da Misericórdia de Lamego, da Rua do Lobão, entre outras. A nossa parceria tem tido sucesso, mas muito há ainda para fazer.

Quero registar publicamente o meu agradecimento ao senhor Presidente da Câmara e quero transmitir-lhe o sentimento do povo que represento, que é o reconhecimento do trabalho que tem existido.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para informar que chegou à Mesa da Assembleia uma carta proveniente da Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Souto D`El Rei, a qual leu na íntegra: *“Digníssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lamego e respetivos secretários, senhores deputados Municipais, senhor Presidente da Câmara de Lamego, senhores Vereadores, senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D`El Rei. Na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Souto D`El Rei, não obstante a minha ausência, por motivos alheios à minha vontade, permitam-me expressar o meu mais elevado reconhecimento pela distinta presença dos órgãos deliberativo e executivo do Município de Lamego para a realização da Assembleia Municipal na minha ilustre freguesia, o que tanto a eleva e dignifica e muito honra os seus habitantes. Assim como dignifica este coletivo na sua nobre postura de aproximação aos povos do nosso concelho, todos eles merecedores do maior cuidado e dedicação por parte dos órgãos aqui representados.*

Desejo o melhor êxito na consecução nos trabalhos de hoje e pelo empenho de todos os presentes, auguro que as deliberações assumidas nesta reunião vão resultar na satisfação das necessidades dos munícipes e na melhoria da sua qualidade de vida, dado que é esse o dever no cumprimento do princípio de missão no presente contexto político.

Ao senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes constituintes dos órgãos executivo e deliberativo tenho a honra de agradecer o elevado nível de empenho, no sentido de tornarem possível a superação das necessidades das freguesias do nosso concelho, contribuindo, deste modo, para o seu verdadeiro e real enriquecimento e desenvolvimento.

Ao senhor Presidente da Junta de Freguesia tenho a honra de agradecer o distinto empenho constante e incansável na sua tentativa de superação de dificuldades e satisfação das necessidades, elevando a nossa terra a um mais alto patamar de realização.

Em meu nome pessoal e dos meus conterrâneos, os quais, da minha função de Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Souto D`El Rei, represento, permitam-me que apresente a Vossa Excelência protestos da maior consideração e estima.

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei, Fernanda Varela.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que deu entrada na Mesa da Assembleia uma moção, subscrita pelo membro da CDU, Alexandre Hoffmann, a quem convidou para a apresentar.

Interveio o membro **Alexandre Hoffmann**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, endereçando um cumprimento especial ao senhor Presidente da Junta de Vila Nova de Souto D'El Rei, por receber esta sessão descentralizada da Assembleia Municipal.

De seguida, passou a ler o teor da Moção, que se transcreve na íntegra: *“Quinquagésimo aniversário da Revolução - Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático.*

O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português. Com o 25 de Abril revolveu-se a vida no País e, por isso mesmo, não há faceta ou pormenor que o resumam – a revolução foi, no seu desabrochar imediato, uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de imediato nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação.

Comemorar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa e um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal.

Comemorações em que é imperativo não deixar submergir o que ela foi e representou na avalanche interpretativa dos que lhe negam a sua natureza, alcance e características ímpares. Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta antifascista pela liberdade e a democracia. Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurar a memória coletiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitar as perversões e falsificações históricas, denunciar os que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências para um Portugal desenvolvido e soberano.

Comemorar Abril, é assinalar e afirmar o poder local democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam.

Foi pela ação revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada, pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar e de mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas completando assim o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir. Comemorar Abril é afirmar e defender o poder local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias, liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.

O poder local democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

A Assembleia Municipal de Lamego, delibera:

1.Saudar o 50º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;

2.Reafirmar o espírito de serviço público que, há 50 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no poder local;

3.Defender o poder local democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;

4.Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras e processos dilatatórios;

5.Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas, mediante a vontade popular.

6.Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de ato de emancipação, democracia e liberdade.”

Interveio o membro **José Manuel Correia** para proferir a seguinte intervenção: *“Esta moção apresentada pela CDU tem um conteúdo e tem uma forma de linguagem que reconhecemos como aceitável na sua generalidade, pois, normalmente a CDU presenteia-nos com textos um pouco agressivos, exageradamente conotados com uma postura muito radical.*

Neste caso em concreto, a linguagem é aceitável e estamos todos, de uma forma geral, penso eu, subscritores desta ideia de reconhecer o 25 de abril, a Revolução do 25 de Abril e o papel que a mesma teve na nossa sociedade, quer há uns anos atrás,

quer vertida nos dias de hoje. Isso é inquestionável e certamente estaremos todos de acordo.

Há, porém, duas questões, que penso serem importantes e com as quais, na minha opinião, não podemos concordar.

Uma das questões prende-se com a expressão “a liquidação das freguesias”. Sabemos que é um processo que tem várias leituras, várias interpretações e até acredito que no grupo municipal que represento, não há consenso sobre este tema. Sabemos que a liquidação das freguesias é um processo de organização e gestão do poder autárquico.

Mas, mais adiante a moção diz “A Assembleia Municipal de Lamego, delibera”, e esta expressão é exageradamente conotado como uma ação imperiosa, e posteriormente afirma que delibera “exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras e processos dilatatórios”. Sabemos que esta reorganização, no sentido de criar as regiões administrativas, está na Constituição de 1976, mas também sabemos que depois disso foi feito um referendo que não foi determinante da mudança da reorganização, porque nem 50% dos portugueses votaram e que depois se seguem um conjunto de entendimentos políticos com avanços e recuos, sobre a regionalização.

Resumindo, de uma forma geral subscrevemos a importância do 25 de abril e do reforço do poder local, e em particular até a questão do subfinanciamento do poder local, que é uma questão importante, mas daí até deliberarmos a exigência da criação das regiões administrativas sem mais demoras, entendemos que é extemporâneo, desadequado e que está desenquadrado da reflexão nacional, apesar de estar tecnicamente prevista, como referi, na Constituição de 1976.

Nesse sentido, votaremos contra esta moção.”

Interveio o membro **Pedro Torres** que começou por cumprimentar todos os presentes na sala, e em particular o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei, que acolhe esta Sessão da Assembleia Municipal descentralizada com uma vista magnífica, num território que lhe é caro, pois morou muitos anos nesta freguesia.

De seguida proferiu a seguinte intervenção: *“Em relação a esta moção, somos obrigados a concordar com grande parte do que aqui está, mas há, de facto, um ponto em concreto, que na possibilidade de poder ter um pouco mais de esclarecimento, nos poderia levar a votar favoravelmente. Esse ponto prende-se com a possibilidade desta Assembleia Municipal deliberar sobre a questão das próprias freguesias.*

Já aqui foi dito, mas para ajudar a esclarecer, a possibilidade de reversão da atual situação de agregação das freguesias está prevista na própria Lei, não é algo que exija uma nova legislação para que possa haver essa reversão.

Todos nos lembramos certamente quando é que isso aconteceu, que foi durante o período em que a Troika dominava a gestão financeira, e, sem qualquer hipocrisia, vamos ser realistas, porque o que aconteceu para que este processo decorrer teve meramente a ver, por parte do Estado Central, com a possibilidade de reduzir recursos financeiros para as respetivas freguesias, pois ao agregá-las, passaram a gastar menos. Esta é a realidade.

Muitas vezes tiveram que ser os municípios, a suas próprias expensas, a ter que fazer alguma compensação nesses territórios, porque se dependesse da lógica do Estado Central, como ainda hoje vigora, e não vale a pena estarmos com hipocrisias, porque isto aconteceu quando o PSD/CDS estava no governo, mas o paradigma manteve-se durante os oito anos da governação do Partido Socialista e provavelmente manter-se-á com a nova alternância política.

Mas temos de nos concentrar em Lamego, pois penso que a maioria dos lamecenses, ainda não viu manifestada, por parte do povo, essa real necessidade de voltarmos à situação que estava antes da alteração. Como entendo que estas questões têm que ser tratadas por quem está no território, não me sinto minimamente competente para tomar uma decisão em nome daqueles que estão nos respetivos territórios.

Tenho essa dificuldade em poder deliberar, este ponto concretamente, porque não me sinto capacitado para o fazer, nem houve discussão suficiente, nem senti por parte das freguesias, essa necessidade total de haver uma reversão. Este é o ponto que nos distingue.

Em relação à questão do processo de regionalização, ou da criação das regiões administrativas, ideologicamente é algo que acompanhamos. Houve sempre uma enorme dificuldade em implementar este processo e já aqui foi referido, pois independentemente da votação do referendo poder ter sido diferente, o facto de ter votado menos de 50% da população, invalida qualquer resultado aos olhos da Constituição Portuguesa, porque só acima de 50% de participação é que o resultado pode ser efetivamente validado.

Entendo que esse deve ser o caminho e será claramente o caminho para defender as regiões mais despovoadas, como é o caso da nossa região, que fica no interior, em que o fosso que se verifica entre o litoral e o interior é, infelizmente, cada vez maior e será tendencialmente cada vez maior.

Será, por isso, uma forma de criar pelo menos algo de estanque nesse processo, mas sem esta clarificação, levar-nos-á a uma posição de abstenção em relação a esta moção, pois esta questão das freguesias terá de ser tratada pelas próprias. A lei já existe, haja é vontade por parte de cada um, que sinceramente ainda não verifiquei ao longo destes anos.

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir o seguinte: *“Esta moção tem muitas falhas, abril é o sonho onde todos pertencem, é uma casa para todos. Abril é liberdade e é do povo.*

A descolonização foi uma promessa falhada de abril, jurava independência e desenvolvimento aos povos das ex-colónias, mas os resultados foram ao contrário. O Governo português daquela altura, retirou, à pressa, os portugueses das ex-colónias para Portugal e muitos deles nunca tinham cá vivido.

O Estado Português era controlado pelo Partido Comunista Português e entregou de mão beijada Angola e Moçambique ao domínio do Bloco do Leste, a Rússia e a Cuba. Depois de cinquenta anos volvidos, os angolanos estão submetidos a um regime que é contra as regras democráticas, enriquecendo uma oligarquia. Em Moçambique, o povo vive no limiar da pobreza, Guiné, é uma miséria, Timor é aquilo que se vê. Estes países sofrem uma descolonização desastrosa. Foi isto o 25 de abril.

Interveio o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir a seguinte intervenção: *“Sobre o pedido de esclarecimento, gostaria de dizer que aquilo que está escrito será, obviamente, mediante a vontade popular, se houver manifestações, quer de orgânica, quer via institucional, através das respetivas Juntas de Freguesia, e se esta moção for aprovada, encontrará respaldo naquilo que é este órgão de soberania.*

É simplesmente isso.”

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou a moção informando que estavam trinta e três membros presentes na sala.

Deliberação: A Moção foi rejeitada com 19 votos contra, 13 abstenções e 1 voto a favor.

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para proferir a seguinte intervenção: *“Gostaria de fazer uma reflexão, pois estamos num tempo de mudança, vivemos momentos de preocupação com as guerras e também alguma instabilidade governativa, a nível nacional.*

Em Lamego, também vivemos um tempo de mudança, mas há um caminho que se está a consolidar, fruto de um percurso que se tem vindo a fazer durante este mandato.

Este ciclo de mudança começou com as eleições para a Assembleia da República e com a constituição do novo Governo, da Aliança Democrática, o que para nós, grupo municipal da Coligação “Somos Lamego”, é muito relevante.

Acreditamos que o novo Governo será capaz de fazer um bom trabalho em prol de Portugal, comandado por um Primeiro-ministro que é muito próximo de Lamego e por uma governação que se afigura como um claro desafio. E será um desafio, quer pela geometria do Parlamento nacional, quer pelo estado das coisas a que chegou a governação socialista, quer ao nível da educação, da saúde, da emigração, da

segurança, da agitação social. É impensável como é que o Governo do Partido Socialista teve tanta contestação na rua.

Acreditamos seriamente que esta contestação, que veio para a rua, tenha uma resposta positiva por parte do novo Governo e sublinhamos e enalteçemos este processo de mudança.

Quero também deixar uma palavra de congratulação pelo regresso do CDS/PP ao Governo e à Assembleia da República. É claramente um pilar de referência para a estabilidade governativa e a história assim a dita.

Uma palavra para o Dr. Hugo Maravilha, que também se enquadra neste processo de mudança, pois cumpriu um mandato enquanto Deputado da Assembleia da República. É um lamecense que, certamente, orgulha todos os lamecenses. Entre várias coisas, denoto a sua participação na certificação do heliporto do Hospital de Lamego, assim como na defesa da reabilitação das instalações da esquadra da Polícia de Segurança Pública.

Ressalvo, ainda, a satisfação do grupo municipal que represento, mas acredito que de todos em geral, pelo facto do Presidente da Assembleia Municipal de Lamego estar a cumprir um mandato enquanto deputado europeu. É, claramente, um motivo de orgulho para todos nós e julgo que todos lhe reconhecemos competência e capacidade política.

Em relação às comemorações do 25 de Abril, como já foi explicado, foram decididas num programa consensualizado entre os grupos municipais e julgo que foi uma comemoração digna, na qual as pessoas tiveram oportunidade de participar. Todo o programa foi inclusivo e variado para permitir precisamente isso.

A questão do 25 de abril é uma questão central, porque o mesmo povo que teve a coragem de fazer o 25 de abril, foi o mesmo povo que teve a coragem de o modelar e de o trazer para a modernidade e esta questão é fundamental. Soubemos trazer o processo do 25 de abril, do golpe militar, como referiu o João Avelino, para a revolução popular. E esse é o mérito do povo português, que é igual ao 25 de abril e não é de menor mérito.

O 25 de novembro, bem como a questão da Europa, da NATO, da economia social foram muito importantes e tudo sucedeu ao 25 de abril, sendo que foi o mesmo povo que fez todas as coisas.

Tivemos também a presença do cantor Paulo de Carvalho, e para quem não sabe, ele é o autor do hino do PSD, que a certa altura refere “paz, pão, povo e liberdade”. Estas quatro premissas são muito importantes, aliás, Sérgio Godinho também analisa e diz que “só há liberdade a sério, quando houver a paz, o pão, habitação, saúde e educação.”

O povo português está de parabéns, porque realmente conseguiu trazer a paz, o pão, a liberdade e o desenvolvimento a seguir ao período revolucionário que foi PREC -

Processo Revolucionário em curso. Aliás, diria que, atualmente, estamos num PRAC – Processo Revolucionário ainda em curso e vamos continuar.

Em Lamego, a vida continua e as coisas vão acontecendo, apesar das pessoas nem sempre notarem. Temos um conjunto de obras, que se completa e que devolvem à cidade a sua qualidade funcional e há um primeiro ponto, que foi prometido pelo atual Presidente da Câmara e que já está cumprido, que foi a abertura das portas da Câmara Municipal à população. As pessoas entram pela porta da frente e têm agora a possibilidade de serem atendidas num espaço digno e com qualidade.

Temos ainda o Parque da Saúde, que começará dentro de pouco tempo, temos a construção de 108 fogos que começará também a curto prazo. Há, portanto, um programa eleitoral que se vai cumprindo e é importante referir.

A própria oposição reconhece esta dinâmica e de alguma forma a subscreve, porque a única coisa que faz é referir que falta um papel, uma fundamentação teórica, um ou outro aspeto legal e, às vezes, até a falta de uma vírgula. Parece-me pouco.

Por outro lado, a própria Coligação “Somos Lamego” percebe a necessidade e a importância da existência de um projeto robusto, com pessoas e dirigentes comprometidos com o município, o futuro e o desenvolvimento de Lamego.

Este pilar forte da governação é importante e tem existido e contribui para a mudança do tal percurso de governação e até a própria conta de gerência, como iremos ver mais à frente, apresenta boas contas, com contas certas e também com realização. Saltámos do padrão antigo em que se tentaram fazer contas certas, sem realização.

É claramente um tempo de mudança, de afirmação, temos de ser participantes e ativos, pois estamos a trilhar um caminho que está a devolver a Lamego a sua funcionalidade, a qualidade de vida e a valorização do seu enquadramento e das suas características próprias.

Entendo que esta reflexão faz todo o sentido ser efetuada, embora nem todos concordem com ela, o que é natural, é assim a política, mas se formos honestos com o nosso pensamento, é este o percurso de afirmação que tem sido feito e temos que aproveitar este processo de mudança para o reafirmar e para o valorizar cada vez mais.”

Interveio o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção: “Gostaria de começar por responder ao senhor José Manuel Correia e tenho duas notas a referir.

A primeira diz respeito à questão do Partido Socialista, enquanto estive no Governo e a reforma que conseguiu concretizar no nosso país, pois conseguiu melhorar as condições de vida dos nossos cidadãos e não podemos esquecer isso. E a saúde e a educação, que tanto se fala, foi possível. É possível fazer mais? Claro, isso é um trabalho contínuo e que devemos dar sempre continuidade.

Agora, vê-se aquilo que a Aliança Democrática transportou, em poucos dias, para o governo. Aliás, em poucos dias conseguimos perceber aquilo que aconteceu com a redução do IRS. Não podemos esquecer isso.

Quando existiam boas condições para que de facto o PSD, e neste caso a AD, pudesse ser mais astuta e ter uma maior previsão daquilo que poderia ser a redução, não. Logo nos primeiros dias aconteceu aquilo que não deveria acontecer.

Espero que realmente a AD consiga passar essa fase e não venha novamente fazer mais asneiras desse género.

Relativamente à questão do heliporto, é bom lembrar que o hospital foi inaugurado em 2014, quando o PSD estava no Governo. E não vi nenhuma certificação do heliporto.

Mais tarde, aconteceu, mas foi o Partido Socialista que iniciou o processo. Aliás, já foi efetuado o simulacro e, neste momento, estamos a aguardar apenas a certificação final, como todos sabemos. Mas isto é um problema do nosso país, que é burocrático.

Trago, também, dois temas, e um diz respeito à publicação que li no Jornal Observador, certamente que vocês também já tiveram a oportunidade de ler, é um artigo de imprensa, que foi escrito por uma destacada militante do CDS/PP, Sofia Cardoso Leite, que escreveu um artigo sobre a importância do diagnóstico social, e que serve de mote para a minha intervenção.

Fazendo apenas uma introdução, o diagnóstico social é um trabalho que aponta para uma visão interpretativa da situação social, no nosso concelho, e falo concretamente na sistematização e tratamento das informações quantitativas e documentos que são recolhidos, e onde são elencadas e fundamentadas as prioridades para o nosso concelho. Ou seja, fazer um diagnóstico social é conceber uma radiografia daquilo que acontece socialmente no nosso concelho.

E face ao contexto que temos no diagnóstico social, este tem uma função como instrumento para que possa existir um bom plano de intervenção ao nível social. Ou seja, o diagnóstico social de um concelho é um instrumento dinâmico, que está sempre em alteração, e que está sujeito a uma atualização periódica, através daquilo que é a monitorização de alguns dados que vão sendo atualizados.

Dados esses que resultam da participação de diversos parceiros, que fazem parte da rede social, e que permitem também o conhecimento e a compreensão da realidade social que temos no nosso concelho, permitindo, ainda, a identificação das necessidades mais prementes da nossa população, e que são mais prioritárias para conseguirmos corresponder. Refiro-me àquilo que são o elenco de recursos, as potencialidades, os constrangimentos locais entre outros.

Por isso, atendendo a este mote, daquilo que observo no site da Câmara Municipal de Lamego, questiono o trabalho que foi feito até ao momento. Isto porquê? Porque da informação que consta no site renovado, verifico apenas conteúdo desatualizado. Por

exemplo, no que diz respeito à área social, os dados não estão atualizados, pois o último diagnóstico social, que consta no renovado site, é datado de 2015.

Aliás, na época eu fazia parte do Executivo e integrei a equipa da Ação Social, que desenvolveu este diagnóstico social.

Nesse sentido, gostaria de perceber se é apenas uma desatualização no site, embora tenha sido renovado, por isso tinha que haver algum cuidado relativamente a isso, ou se realmente tem a ver com o descuido de não atualizar esta importante ferramenta para o nosso concelho.

Além disso, há mais informação que também está desatualizada, e refiro-me, por exemplo, às atas da rede social, pois tenho conhecimento que tem havido reuniões do CLAS - Conselhos Locais de Ação Social, mas não são publicadas as respetivas atas, desde dezembro de 2021. Não existe publicação de qualquer ata posterior. Por isso, gostaria de perceber, se realmente não são feitas, ou se não são aprovadas, pois teoricamente deveriam ser aprovadas em todas as reuniões do CLAS, ou seja, quando se realiza uma reunião do CLAS, deve ser aprovada a ata da reunião anterior. Gostaria de perceber o motivo dessa desatualização.

Um segundo tema que gostaria de esclarecer refere-se a um assunto que o senhor Presidente da Câmara teima em não responder. Porquanto, já por diversas vezes, nesta sessão de Assembleia Municipal, perguntei ao senhor Presidente onde é que funcionava o gabinete de apoio ao investidor e ao empreendedorismo, e até agora não obtive qualquer resposta.

Insisto por isso nesta questão, pois as pessoas vão perguntando onde é que funciona esse serviço, e eu não consigo responder, porque o senhor Presidente da Câmara também não responde. Espero que hoje nos esclareça sobre o local, bem como quem é o responsável deste gabinete, para que os cidadãos possam aderir e ver o que é realmente que tem para apresentar. Como noutras alturas, de forma ardilosa, não respondeu a esta questão, gostava que hoje o pudesse fazer.

Aliás, no próprio site da Câmara, também não aparece essa informação. Aliás, se puderem verificar, no próprio site, o que aparece é sobre apoio ao investidor, mas nem o nome do gabinete está apropriado.

Na minha perspetiva, esse gabinete deveria conter sempre as novidades sobre as medidas possíveis para os empresários, para as pessoas que gostariam de ser mais empreendedoras, mas deveria ser uma atualização constante, se não diária, pelo menos semanal. No entanto, a última notícia, a última newsletter e a última medida que consta no site é de 2022.

Nesse sentido, questiono se é este o apoio que o município quer prestar às pessoas que estão interessadas em serem empreendedoras no nosso concelho.

Temos também conhecimento da existência de um protocolo com a NERVIR – Associação Empresarial. Bem sei que há uma calendarização que não é publicitada, ou seja, as pessoas querem saber mais acerca desse protocolo, querem saber mais acerca dessa ajuda, mas não sabem quando é que têm que se dirigir ao município para poderem ter acesso a alguma prestação de serviços, ou a algum esclarecimento que possam precisar, por isso, deixava aqui estas questões.”

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: *“Quero referir-me àquela famigerada rotunda perto da Escola de Hotelaria. É uma vergonha!*

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como é óbvio, fiquei ufano com a sua nomeação para o Parlamento Europeu, como eurodeputado, para Lamego é um orgulho, parabéns pela sua nova função.

Quero felicitar o ex-deputado Hugo Maravilha, pelo trabalho executado pela Assembleia da República.

Em resultado das eleições legislativas em Portugal, houve mudança de maioria e mudança de Governo. Há novas expectativas e esperamos que correspondam aos desejos dos portugueses. O PS governou estes últimos oito anos e não executou as reformas estruturais que o país necessitava. Hoje, exigem, batem com a mão no peito, e intimam ao novo Governo que faça num dia o que não fizeram durante oito anos. A esquerda em Portugal não sabe perder e tudo farão para provocar novas eleições. Não ficará mal à esquerda, que tenha decoro.

O que exigimos ao poder central, temos que exigir também ao poder local, temos de ser escrupulosos.

Os lamecenses revelam algumas preocupações e questionam o caminho traçado pela autarquia e, quando interrogam os governantes, têm como resposta o silêncio. Assim, mais uma vez entrego ao senhor Presidente da Assembleia uma missiva anónima, de um cidadão da Freguesia de Sande.

Discordo dos termos utilizados, mas solicito ao Executivo Municipal que verifique se há motivos que suportam o conteúdo desta missiva.

Questiono as prioridades deste Executivo. Fazer obras não é sinónimo de progresso e Lamego é um bom exemplo. Temos algumas construções mastodontes e anunciam outras sem qualquer utilidade. Gastar por gastar, é política que nos deve envergonhar e os silêncios tumulares dos eleitos são escandalosos. Só não vê quem não quer ver. No mínimo, é questionável a qualidade das serigrafias, pois não valorizaram a Comemoração do 25 de abril em Lamego.

Se o sonho comanda a vida, o partido político CHEGA vai propor na Assembleia da República a criação da faculdade de Medicina em Viseu e com polos em Lamego e em Tondela. É uma forma de recuperarmos o prestígio de Lamego.

Aqui, foi Afonso Henriques aclamado Rei de Portugal e Portugal reconhecido como reino. As terras de Lamego pertenceram a Egas Moniz e D. Pedro, Conde de Barcelos, elevou culturalmente Lamego. Se o projeto avançar, Lamego recuperará a importância cultural que tivera no contexto ibérico.

Por fim, fiquei ufano pela publicidade que me fazem. Dos pequenos não reza a história, diz o adágio popular. Podem continuar.”

Tomou a palavra o membro **Alexandre Hoffmann** para proferir a seguinte intervenção: *“No âmbito também da sua anunciada integração às listas concorrentes ao Parlamento Europeu, uma saudação à sua pessoa. Se me permite, lembrando até que foi o único deputado do Partido Social Democrata que não votou contra a inscrição do direito ao aborto na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Portanto, também o considero e reconheço-lhe capacidades para defender os interesses das cinco quinças na União Europeia.*

Obviamente a amizade aqui também interessa, embora um pouco menos, mas também que lhe valha saber que pela amizade também lhe tenho essa consideração. Permita-me também congratular a devida atenção dada às comemorações dos 50 anos do 25 de abril. É, no entanto, oportuno aqui salientar a preferência dada de um ou de outro discurso, de uma ou de outra força política, na escolha ativa dos seus inimigos políticos, dando benevolmente poucos segundos de crítica ao regime fascista e largos minutos de ataque ao Partido Comunista Português, com graves e claras falsificações da história. É hoje à luz da verdade e dos factos históricos muito fácil retirar duas simples conclusões.

António de Spínola foi, no 25 de abril, não mais que um destacado membro da contra-revolução exilado pela sua intentona de repor um regime fascista em Portugal. Aliás, e fundador depois disto, do seu exílio de uma organização política terrorista de extrema-direita, que hoje até se faz representar na vice-presidência da Assembleia da República.

No que se refere ao 25 de novembro, houve, efetivamente, dois derrotados, houve os movimentos militares mais à esquerda do Partido Comunista Português e houve depois a reação que tentou ilegalizar, à custa deste fenómeno, o Partido Comunista Português no dia 26 de novembro e não conseguiu, aliás hoje é reconhecido, de uma forma quase transversal, o papel sensato e democrático do PCP a acalmar e a chamar, enfim, para o campo democrático, todos os seus militantes e todas as suas forças afetas, militarmente falando.

É muito simples, percebo que queiram equiparar o 25 de novembro ao 25 de abril, podem continuar e podem dizer que o povo tem o mesmo apreço, no entanto, não vejo ninguém na rua no 25 de novembro, mas enfim, vamos esperar por este ano, pode ser que haja 10 ou 15 pessoas a descer à Avenida da Liberdade, não há comparação.

Aliás, a manifestação do 25 de abril na Avenida da Liberdade é demonstradora de todo o apreço e carinho que o povo tem a esta data em concreto. Vamos ver quantas pessoas estão e quanto apoio popular merece esse 25 de novembro.

Depois assumam as vossas responsabilidades de preferir atacar ao Partido Comunista Português e encostarem-se a outros partidos e chegarem a um dia a uma Assembleia Municipal de Lamego em que o senhor deputado do CHEGA tente impedir a apresentação de uma moção do 25 de abril apresentada pelo Partido Comunista. O meu conselho é, enfim, façam o que entenderem, continuem o vosso caminho.

Caro senhor, Presidente da Câmara Municipal de Lamego, neste âmbito permita-me também alargar-lhe os cumprimentos pelo apoio do Município de Lamego às comemorações do 25 de abril, mas assinalando-lhe duas questões que, enfim, não conseguimos compreender.

A primeira é que a Sessão Solene, que se pautou pelos valores de abril, aliás, compartilho a sua opinião sobre a forma como decorreu, celebrou-se a 20 metros da Rua 28 de Maio, relembrando-lhe que esta rua evoca a data de instauração da ditadura militar em Portugal, portanto, completamente antagónica àquilo que se propõe a Sessão Solene do 25 de abril.

Lembrando-lhe também que há uma deliberação deste órgão para uma coisa tão simples, como mudar o nome da referida rua para a Rua da Liberdade, aprovado por larga maioria com voto contra do CHEGA.

A segunda é o estado deplorável e a preocupação, que vários munícipes nos têm feito chegar, sobre o aspeto degradado do exterior do Pavilhão Multiusos, ao qual é preciso dar uma resposta.

Termino a minha intervenção com três questões muito rápidas e concretas, mas também muito importantes.

Senhor Presidente da Câmara, retomando o assunto da atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade, a verdade é que este processo conturbado não tem satisfeito, por um lado, os imperativos legais que o sustentam, nem agradado os trabalhadores do município.

Uma série de atropelamentos, ao que está definido por lei e que pretendemos uma cabal resposta a estas três questões.

Primeira questão, a diferenciação da atribuição entre contratos a termo certo e a tempo indeterminado, sendo que, precisando de alguém, os primeiros não estão, ilegalmente diga-se, contemplados.

Segunda questão, a questão dos trabalhadores, que há época estavam de licença, ou de novos trabalhadores integrados por razões de lista de nominais e não de tarefas ou de folhas de serviço não estejam, ilegalmente diga-se, a receber este suplemento.

Terceira questão, a temática dos efeitos retroativos, não só referentes ao ano do despacho presidencial de 2023, mas também do ano de publicação a que é referente esta lei, que é de 2021.

Senhor Presidente peço-lhe com o mesmo empenho que o senhor deputado Romeu Sequeira o fez, pois é urgente, mas sobretudo justo, que possa ser dada resposta clara a estas questões.”

Tomou a palavra o membro **Domingos Nascimento** para proferir a seguinte intervenção: *“Começo por me referir às comemorações dos 50 anos do 25 de abril e felicitar a Assembleia Municipal pelo facto de ter vincado, de uma forma muito clara, a importância deste órgão nestas comemorações.*

Também felicitar a Câmara Municipal por se associar à dinâmica, que sempre acontece nas comemorações do 25 de abril e este ano muito em particular.

Relativamente ao 25 de abril deixo só aqui um pequeno apontamento, pois entendo que precisamos todos contribuir para que uma nova revolução aconteça. A revolução é o que eu chamo de cidadania, ou seja, deve promover-se, cada vez mais, a participação dos cidadãos nos órgãos como por exemplo neste, a Assembleia Municipal, mas também nas dinâmicas da sociedade civil, porque é essa participação que promoverá uma maior implantação da filosofia de abril e dos grandes objetivos de abril. Por isso, aquilo que precisamos é de uma revolução da cidadania.

Um tema também muito relevante que gostaria de salientar aqui, tem a ver com o facto de na região e, obviamente, em Lamego, vivermos, de alguma forma, um problema com a fixação de jovens no nosso território. E devemos considerar a fixação de jovens no nosso território como um objetivo central da estratégia do desenvolvimento.

Sem jovens, não há renovação geracional e os territórios que não têm jovens estão condenados à desertificação humana.

Lamego é uma centralidade. Devemos fazer tudo para acabar com estigma da visão que se vai tendo, às vezes, de que a nossa região são apenas territórios do interior e com algumas dificuldades em atrair novas pessoas. Isso não é verdade. Lamego está muito bem localizado. Está perto de tudo, até tem um aeroporto. É verdade que Lamego tem um aeroporto, pois está apenas a uma hora e pouco de um, o que é nada.

As grandes cidades da Europa têm os seus aeroportos provavelmente mais longe do que este tempo e aquilo que nós temos que medir é o tempo e, por isso, devemos afirmar, cada vez mais, Lamego como uma grande centralidade, que deve e pode estar a criar mais condições para atrair pessoas.

Há aqui, conforme disse o deputado José Manuel Correia, um processo de mudança e as mudanças começam naturalmente pela criação de infraestruturas dinâmicas, que

promovam o desenvolvimento, mas também pela mudança das perceções. É fundamental que todos contribuamos para a mudança das perceções.

Lamego é uma centralidade e cada vez mais atrativa para quem queira fixar-se cá, nomeadamente para os nossos mais jovens.

Uma forma também de ajudar e contribuirmos para fixar pessoas é promover a identidade dos produtos locais. A atividade agrícola é uma atividade que nós devemos valorizar, dignificar e para que isso aconteça de uma forma mais organizada e sustentada, devemos promover a identidade dos produtos agrícolas. Por exemplo, alguns municípios bem perto de nós, conseguiram impor alguma marca relativamente à maçã.

A zona de Britiande, por exemplo, é uma zona que nós devemos valorizar cada vez mais, assim como a Penajóia, com a cereja, entre outras. E ao fazermos isto, estamos naturalmente a incentivar o uso adequado dos terrenos que temos disponíveis no concelho.

Um outro aspeto que pode também ajudar a motivar a fixação dos jovens empreendedores é criar-lhes condições para que possam, efetivamente, iniciar os seus negócios. Sei que é complexo aquilo que eu vou reiterar, mas é verdade que a aplicação da taxa turística, que não é muito bem vista por algumas pessoas, pode ser um fator de desenvolvimento, aproveitando o fluxo turístico que cada vez maior no nosso território.

Se essa taxa, tendo em conta as limitações legais do seu uso, puder ser utilizada para promover a fixação de pessoas, promover a fixação de jovens e cuidar dos mais velhos, seria, sem dúvida, um trabalho extraordinário que nós podíamos fazer.

A taxa turística de dois euros não teria, não onerava de maneira a tornar-nos menos competitivos, pelo contrário, sendo bem explicada, seria até um fator de atração ainda de mais pessoas. Nós devemos criar a taxa turística e fazer dela a taxa da humanização, conforme tenho vindo a referir.

Para concluir, um último ponto, não podia sair dele, é aquilo que eu chamo várias vezes a agenda da humanização, e estou a falar concretamente da saúde e da dinâmica social.

Quanto à dinâmica social, participei recentemente no último Conselho Local de Ação Social e vi que o trabalho, nesse âmbito, é extraordinário. As instituições estão ativas, estão disponíveis e estão imbuídas num propósito comum de, em rede, ajudar a que as pessoas tenham melhor qualidade de vida neste concelho.

Nesse sentido felicito a senhora Vice-Presidente da Câmara por aquilo que ouvi no Conselho Local de Ação Social, pois vim de lá muito otimista, sabendo que as soluções para apoiar as pessoas, nomeadamente as mais desfavorecidas, estão a ser criadas e estão a ser trabalhadas.

Conforme fiz neste dia, gostaria também de realçar que, nesta rede de ação social, nesta rede social, nesta rede de humanização, o trabalho da Juntas de Freguesia é muito importante.

Diria até que os nossos Presidentes de Junta e as suas equipas são, cada vez mais, autênticos cuidadores comunitários, têm um papel extraordinário junto das pessoas e na sua qualidade de vida.

Queria também falar um pouco no âmbito da saúde, felicitando o senhor Presidente da Câmara pelo trabalho que está a fazer relativamente ao Parque da Saúde, pois vamos ter um equipamento vanguardista, devidamente estruturado e que certamente vai ser bem acolhido por todas as pessoas deste município. Estamos a falar de cerca de 26 mil pessoas que vão passar naquele espaço e que vão ter cuidados de saúde de uma forma mais estruturada, mais organizada.

Ainda no âmbito da saúde, recentemente assistimos a uma transformação do modelo organizacional da saúde, juntando os Centros Hospitalares com os Centros de Saúde, acabando com os Agrupamentos de Centro de Saúde.

A nossa ULS – Unidade Local de Saúde, a ULS de Trás Montes e Alto Duro, é uma ULS imensa, um território imenso, que vai desde Lamego até à fronteira. Neste território imenso é necessário salvaguardar alguns aspetos fundamentais. E de uma forma sintética, eu diria que não podemos nunca deixar de dinamizar aquilo que chamamos polos agregadores assistenciais, ou seja, o polo agregador de Lamego, o de Vila Real e o de Chaves.

Centrando-me particularmente no polo agregador assistencial de Lamego, temos a Unidade Hospitalar e temos os Centros de Saúde do resto dos municípios do Douro Sul, excluindo Resende e Cinfães.

O que acontece relativamente à dinâmica da saúde no Douro Sul, ou seja, neste polo agregador, é, para mim, preocupante. Os cuidados sobre primários ficaram, e há aqui uma responsabilidade do Partido Socialista muito clara, ficaram desorganizados, vazios, em algumas situações, e não ajustados às necessidades e à realidade concreta dos nossos municípios desta região. Relativamente ao hospital, continuamos com problemas complexos, não deixando de referir a qualidade do trabalho que lá é realizado, os problemas continuam a ser complexos. O programa funcional do hospital é sistematicamente não cumprido e nós ficamos cada vez mais fragilizados, na resposta de saúde neste hospital.

Por exemplo, como vocês sabem, havia uma qualificação do serviço de urgência neste hospital, que era um pouco atípica. No programa funcional chama-se uma urgência qualificada, e que foi um trabalho feito na altura pelo senhor Presidente da Câmara atual, no sentido de não deixar esvaziar o serviço de urgência, que era, de alguma forma, um serviço de urgência médico-cirúrgico, ou seja, com respostas mais

alargadas. Mas, o que é certo é que a realidade tem sido mais forte do que o que estava previsto e há cada vez menos especialidades, havendo a ameaça de algumas delas deixarem de estar presentes no serviço de urgência, transformando este serviço de urgência num mero serviço de urgência básico.

De alguma forma, isto também explica o atraso no licenciamento do heliporto, porque, na minha opinião, não houve vontade durante muitos anos para que isso acontecesse, e felizmente esse aspeto entrou novamente na ordem do dia e vai certamente ser resolvido muito em breve.

Deixo estes apontamentos procurando não criar cisões, mas procurando criar uniões no conjunto dos senhores deputados e da sociedade civil para a resolução desses problemas, que a todos nos afetam. Muito obrigado.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: *“De forma democrática, quero desejar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal de Lamego os maiores sucessos nesta fase que será curta, mas desejo-lhe, efetivamente, os melhores sucessos para estas novas funções que desempenha no Parlamento Europeu e estou certo de que cumprirá com zelo e dedicação a sua função.*

Seria quase impossível não ter em consideração as palavras do senhor deputado José Manuel Correia, em relação à sua belíssima intervenção e de tecer, logicamente, um conjunto de comentários.

Estive com muita atenção a ouvir e começo por dizer que, de facto, fico contente, porque antes da ordem do dia, e é bom que a Coligação venha a debate, já gastou 30 minutos. Relembro que na última sessão da Assembleia Municipal gastaram apenas 1 minuto e 51 segundos, portanto, isso também diz muito da capacidade de intervenção que a Coligação tem trazido para o debate e para a discussão.

Mas dentro das suas considerações, permita-me também dizer o seguinte, porque gostei de o ouvir falar do Governo. Governo esse que foi devidamente empossado pelo senhor Presidente da República e que saiu deste resultado eleitoral com os faustos 28%, o que, de facto, diz muito da magnitude e da forma como se apresenta ao povo.

No entanto, há uma coisa que é indesmentível e é uma constatação de facto. Estamos a falar de um governo que esteve apenas 24 horas em estado de graça. Ao fim de 24 horas tudo aquilo que seria o seu processo de estado de graça pura e simplesmente se diluiu, numa atitude perfeitamente incompreensível e inconcebível.

Porque vamos a factos. Aquilo que foi garantido por parte do presidente do PSD e líder do atual Governo e nosso Primeiro Ministro, porque dessa forma democrática o aceitamos, foi que seriam dadas todas as condições de governabilidade para os próximos quatro anos e meio.

Eu vou ser muito honesto naquilo que vou dizer, pois aquilo que um país precisa é ter estabilidade governativa, isso é indesmentível e não me vão ouvir dizer outra coisa, porque já o disse antes, exatamente nos mesmos moldes. E é isso que é exigível, mas no caso concreto, fruto do resultado eleitoral, é bom que se procure esse mesmo entendimento e essa mesma governabilidade, mas aquilo que se tem visto, nos primeiros tempos, é claramente uma postura arrogante, precipitada de quem quer impor a sua vontade, com menos de um terço daquilo que é a expressão popular do povo.

Portanto seguiremos atentos, sendo certo que não augura nada de positivo, mas também permita-me dizer uma coisa, pois ouvi bem quando disse que existe agora uma grande proximidade do senhor Primeiro Ministro, em relação a Lamego. Acredito que sim e esperamos bem que sim e principalmente que Lamego possa vir a usufruir dessas mais valias.

No entanto, relembro, que em 2017, Luís Montenegro, teceu algumas considerações ao nosso atual Presidente da Câmara e utilizou um termo, quase de origem japónica em que dizia que estava “banzado” com as atitudes do senhor Presidente da Câmara. Não sei se o termo “banzado” se transformou em algo positivo e, de facto, daquilo que foi o discurso de eloquência que nos trouxeram aqui, provavelmente agora estará “banzado” com tanto brilho e tanta consideração política e até provavelmente pessoal, desconheço.

A nossa postura, enquanto membros da oposição, será compreensível e entendível, pois não vimos aqui com instruções meramente dogmáticas e afirmar que está tudo muito bem, sem concretizar o que é que realmente está bem.

Ainda há pouco, foram colocadas algumas questões, que são extremamente pertinentes, nomeadamente como é que as coisas estão a ser feitas e o que é que está a ser feito. Não é suficiente olharmos para Câmara Municipal, que está lá ao fundo, olharmos para estas pessoas que nos acompanham aqui e afirmarmos que está tudo a ser feito, quando, na prática, muita coisa está por fazer.

Só para complementar esta última parte, gosto muito deste discurso de que a Câmara agora está aberta à população. Já perguntei, mas volto a reforçar, não sei se agora foi aberta por um qualquer teto de abrir para entrar mais ar, porque aquilo que verificamos é que, de facto, tendo sido adotado uma metodologia diferente para comunicar com as pessoas, para comunicar com os concidadãos, e refiro-me à iniciativa “Fale com o Presidente”, é rara a semana que não vemos uma informação no site do município a alertar as pessoas para não se deslocarem à Câmara, na terça-feira, pois o senhor Presidente não está lá para as receber, é rara a vez.

Aliás, já afirmei que seria de bom-tom, até para a própria imagem do município, que se assumia claramente, que esse dia provavelmente não é dos melhores dias, nem talvez

a quinta-feira, principalmente durante o inverno. Aconselho a escolherem outro método e outra forma, porque de facto, passam uma ideia, que depois não existe. Quero, ainda, colocar ao senhor Presidente da Câmara um conjunto de questões relacionadas com as obras, mas antes relembro que este mandato está quase a fazer três anos.

A primeira vez que fiz uma intervenção para dizer que pouco se tem feito, ou que na altura nada se fazia, corriam apenas sete meses de mandato, entretanto já passaram quase três anos, e verificamos que, com exceções pontuais, ainda andamos a discutir as obras que vêm do anterior mandato, como é o caso do Parque Urbano.

Permitam-me dizer uma coisa e gostaria que o senhor Presidente da Câmara me corrigisse, caso não seja verdade, mas estou certo que não andarei muito longe da realidade. Decorrem já há mais de quatro anos as obras do Parque Urbano e o prazo de execução da obra era menos de metade desse tempo, portanto não chegava sequer a dois anos.

Sabemos que uma parte do Parque Urbano ainda está encerrada e irá abrir aquando das comemorações do 3 de maio e, democraticamente, saúdo a iniciativa desejando que tudo corra pelo melhor. Mas também sabemos que a obra foi recebida, até de uma forma um pouco estranha, porque aquela empreitada resultaria de três intervenções distintas.

No entanto, foi efectuada, entre outubro e novembro, a receção provisória e aquilo com que nos deparamos atualmente, é que o Parque Urbano tem uma aparência de obra não terminada.

E este é um problema recorrente, não só naquela obra, como também nas imediações, em relação aos espaços relevados e ajardinados.

A ideia que dá é que aquilo parece um campo pelado, deixado ou abandono depois de terminarem as competições do INATEL em muitas aldeias. Parece um ervado, que foi semeado em dia de tempestade, e que ficou apenas umas manchas aqui, outras acolá, e com zonas de terra batida, com uma irregularidade gritante.

Se é verdade que a obra foi rececionada, ainda no decorrer, ou no fim do ano passado, foi mal rececionada, porque a mesma não está, no nosso ponto de vista, em condições de ser devidamente recebida.

O mesmo problema se coloca, já fiz esta questão há uns meses, e já nessa altura havia atraso, com a requalificação dos espaços verdes, da Urbanização do Paraíso, do Rabolal e das Oliveiras.

Os trabalhos continuam a conta-gotas, aconselhava, por isso, o senhor Presidente da Câmara e os senhores Vereadores a deslocarem-se ao local, para verem como é que está aquele espaço verde, pois moro nessa zona e sei bem o que estou a dizer.

Não consigo perceber o que aconteceu ali, mas provavelmente alguma coisa correu mal, pois além das obras não estarem concluídas, e de verificarmos que estarão longe de estar, aquilo que encontramos atualmente é pior do que aquilo que estava antes. Parece que alguém fez o plantio das sementeiras e a seguir aplicou-lhe herbicida.

Estes atrasos são contínuos, e para que as pessoas saibam, a revisão de preços do Parque Urbano contabilizou praticamente oitocentos mil euros.

Com oitocentos mil euros fazer-se-ia, certamente, muito mais do que protelar ad aeternum estes atrasos contínuos, que apenas beneficiam as pessoas envolvidas nas obras e não os lamecenses.”

Tomou a palavra o membro **Patrício Esteves** para proferir a seguinte intervenção: *“Começo por dizer que concordo com a opinião do membro Paulo Barradas, relativamente ao 25 de abril.*

No entanto, não quero que esqueçam os senhores Presidentes da Assembleia de Freguesia e os membros da Assembleia de Freguesia, porque falou neles com toda a legitimidade, mas relembro que os membros da Assembleia Municipal também são eleitos com o esforço daqueles que levaram trabalho nas freguesias, a lutar para que hoje vocês estejam aqui sentados.

A homenagem que a Assembleia Municipal fez, trata-se de um processo extremamente complexo e que envolve muita gente, não podemos vir aqui personalizar. Sei que tinham toda a legitimidade, tal como os Presidentes de Junta, de receber também a condecoração, mas não podemos esquecer as pessoas que estão nas freguesias, na Assembleia de Freguesia, e que também lutam pelo concelho. Quis afastar isso e não me diga que não.

São autarcas eleitos, tal como os deputados municipais, que fazem o seu trabalho, que fazem a sua Assembleia. Nesse sentido, tínhamos de ser todos condecorados, e concordo com isso. As condecorações são um processo extremamente complexo, e não deveríamos deixar ninguém para trás. Quanto ao resto, concordo totalmente com o Dr. Paulo Barradas.

Começo a ficar um bocadinho apreensivo, pois percebo que o Dr. Romeu Sequeira é um leal seguidor do Observador e, principalmente, de uma distinta militante do CDS. Nesse sentido, lançava-lhe o desafio e o convite para vir para o CDS.

Afinal, você gosta tanto da escrita dos militantes do CDS e como faço parte da Comissão Política, provavelmente, vou levar este assunto à reunião e tentar convencê-lo a vir para o nosso partido.

Mudando de assunto, ainda bem que o membro Pedro Torres veio falar das obras, porque é isso que me traz aqui.

É natural que as obras nunca estejam ao seu gosto, mas vi por aí muitos mamarrachos começados e inacabados. Dou louvor a quem os começa, mas dou dez

louvores a quem os acaba e os põe ao serviço da população, mas também sei que por mais que fique bonito, nunca vai ser ao seu gosto. Já percebi que se todos gostássemos da mesma coisa, o mundo tombava. Por isso, você tem a sua opinião, e os Lamecenses terão a deles.

Quero felicitar o senhor Presidente da Câmara pela publicação do Boletim Municipal que chegou às casas dos lamecenses, via correio. Por força do meu trabalho profissional, ando pelo concelho e vejo a revista na mesa da televisão, na mesa da refeição, nas mesas dos cafés, o que quer dizer que os lamecenses se interessam pela vida ativa do município.

Espero que haja mais edições, pois é uma revista com boas fotografias, com muita alegria, com cores vivas, com uma escrita sucinta, clara, para que todos possam perceber toda a atividade do município, o que vai contrariar muitas das coisas que são ditas aqui neste microfone.

Deixo, no entanto, uma pequena dica, para que no meio dessa revista dediquem uma, ou duas páginas, à cultura e às freguesias também. Seria interessante.

Relativamente às obras, estranho que a passagem inferior do Escadório, não tenha sido referida.

No início, quando vi a obra arrancar confesso que fiquei apreensivo, porque não sabia como é que ia terminar. Foi uma obra que promoveu muitas intervenções na Assembleia Municipal, pelos transtornos causados, pelos atrasos, causados por fatores externos, nomeadamente pelo clima, que não se pode controlar.

Neste momento, a referida obra está praticamente concluída e, na minha opinião, a nível estético, está muito bem. Tem betão, mas também tem verde. Os carros circulam livremente, o único problema é o cruzamento cá em baixo, ao descer a Rua do Desterro. Se esse problema fosse resolvido, não tenho dúvidas que o trânsito circularia com ainda com mais fluidez.

Em relação ao Parque Urbano, pelos vistos está abandonado, com muitas ervas, entre outras coisas, mas o senhor Presidente disponibilizou à população, já há algum tempo, antes mesmo da inauguração, a parte inferior do Parque Urbano.

Fiquei até muito feliz com isso, porque eu tenho uma filha na Escola EB 2,3 e, quando a vou buscar, tenho a preocupação de olhar para aquela parte inferior, e vejo que tem uma adesão muito boa por parte dos lamecenses. O que que significa que, quem teve a ideia de fazer o Parque Urbano tem que ser agraciado. E essa ideia foi do Presidente da Câmara, Francisco Lopes.

Provavelmente terá que haver, ou não, algumas melhorias, não sou técnico de obras, não sei.

Relativamente ao edifício da Câmara Municipal, quem trouxe o assunto das portas abertas à Assembleia Municipal foi senhor deputado Romeu Sequeira, que veio

pressionar o senhor Presidente da Câmara, afirmando que era uma promessa de campanha da Coligação Somos Lamego, a abertura das portas da Câmara, que ia finalizar as obras do Balcão Único, que estava na parte de trás do edifício e que ia passar para a frente.

O senhor Presidente da Câmara colocou o Balcão Único a funcionar na parte da frente do edifício da Câmara e já vêm dizer que isso não tem valor nenhum. Palavra dada, palavra honrada, senhor Presidente da Câmara prometeu o Balcão Único na parte da frente do edifício e isso foi cumprido.

Sobre o poder central, não vou falar, deixo isso para a Assembleia da República, porque sei que vocês ficaram um bocadinho de sentidos. Vamos aguardar os próximos dias. Vocês querem fazer uma avaliação de 8 dias ou de 15 dias de mandato em comparação com oito anos? Vamos com calma, mais à frente falaremos.”

Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas** para proferir a seguinte intervenção: *“Não é verdade, Patrício Esteves, que eu tenha dito aquilo que veio aqui afirmar. Referi-me aos deputados da Assembleia Municipal, porque os senhores Presidentes de Junta já estavam defendidos, que nem passe pela cabeça de ninguém, que eu pense o contrário.*

Relativamente à intervenção que pretendo fazer, está relacionada com a intervenção do senhor deputado José Manuel Correia.

Não há dúvida que estamos num momento de mudança, desde o dia 2 de abril, ou até um pouco antes. Aliás, essa mudança começou, quando o senhor Primeiro Ministro levou a lista de Secretários de Estado e, pela primeira vez na história da democracia portuguesa, a lista não estava completa. É realmente uma grande mudança, não tenho dúvida.

Também há uma grande mudança na eleição do Presidente da Assembleia da República. Realmente nunca se tinha visto uma coisa do género. Estamos realmente em tempos de grande mudança.

Quanto ao Parque da Cidade, o Parque da Saúde, em Lamego, começou precisamente no dia 2 de abril, que foi quando o Governo tomou posse, assim como começou o programa Mais Habitação, também no dia 2 de abril.

Sabe onde é que eu queria ver mudança? Eu queria ver mudança, por exemplo, na Central de Camionagem de Lamego, que parece um apeadeiro. Não conheço nenhum concelho nos arredores, que tenha um apeadeiro pior do que aquele que temos presentemente.

Quero ver, ainda, se realmente vai haver mudança, relativamente àquilo que as classes profissionais estão a pedir ao Governo.

Como sabe, o sindicato dos enfermeiros tem uma greve marcada para o dia 10 de maio do corrente ano. Portanto, como está a ver, essa epifania toda que quis salientar,

é uma epifania para a qual nós temos que, em primeiro lugar, ver, ouvir e, depois, então, julgar. Não vá acontecer que um dia, o senhor deputado tenha de vir aqui reconhecer que todo este advento que anunciou possa ter falhado.

Ou então que realmente o “Toque de Midas” que o nosso deputado e Presidente de Junta, Patrício Esteves, sempre coloca em tudo o que o Executivo faz, possa não transformar tudo em ouro. Mas há outros metais que, podendo parecer ouro, não são ouro, alguns são mesmo de letão.

Nesse aspeto, concordo com o deputado Domingos Nascimento, que veio dar uma série de conselhos ao Executivo, acerca daquilo que deve ser a vocação de Lamego, porque Lamego, neste momento, é realmente uma terra sem vocação.

Não sabemos o que é que queremos ser daqui a 10, 15, ou 20 anos. Não sabemos.

Realmente não temos estratégia para os empreendedores, como disse o deputado Domingos Nascimento. Não temos estratégia para captar jovens, ou se as temos, elas são frágeis e não se notam resultados.

Há aqui uma questão também, senhores deputados, a Coligação que, neste momento, governa Lamego, não governa Lamego há dois anos. Esta Coligação está à frente dos desígnios de Lamego há 14 anos.

Se vocês quiserem fazer um termo de comparação para qualquer jovem lamecense que, neste momento, tem 30 anos e é um cidadão produtivo, com sonhos, com ideias, com possibilidades de ficar ou não ficar aqui neste território, então, pergunto 14 anos em 30 anos, então, de quem é que é a principal responsabilidade do concelho de não ter essas respostas? É uma questão para se pensar.

Atenção, não estou a dizer que isto seja fácil de fazer. Mas ainda assim, na proporção das responsabilidades, a Coligação Somos Lamego está há 14 anos à frente dos desígnios, dos destinos da cidade de Lamego.

E repare-se como, de facto, é verdade, pois não temos uma grande ideia, não temos um grande projeto, não temos um grande plano.

As únicas coisas que se vão fazendo são ao sabor dos fundos comunitários e mais nada. Não há uma ideia global.”

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para proferir a seguinte intervenção: *“Em relação ao que disse o membro Romeu Sequeira, gostaria só de dizer que o povo português não concordou nada com a ideia de que o país está melhor do que estava, porque se assim fosse o PS não tinha perdido as eleições.*

Relativamente ao heliporto, os dados são factuais, o PS não conseguiu resolver durante os oito anos em que esteve no poder.

Sobre a referência constante aos artigos escritos pela senhora Dra. Sofia Cardoso Leite, acho estranho, de facto tanta simpatia e tanta afinidade política.

Em relação à intervenção do membro Pedro Torres, repito que o que há de diferente e de melhor é a forma de fazer as coisas. É tão claro quanto isso.

Finalmente, voltámos ao planeamento, à necessidade e à capacidade de refazer projetos que estavam mal feitos e, por isso demoraram mais tempo e custaram mais dinheiro. Voltámos à capacidade de fazer projetos habilitados a candidatar a fundos europeus e sabemos que sem esses fundos o município não tem muitas soluções, relembro que o PS não deixou nenhum projeto apto a submeter a uma candidatura.

E mais importante, temos a capacidade de os concretizar, sublinhando que não são projetos do último mandato, mas sim de dois mandatos atrás.

Sobre a intervenção do membro Paulo Barradas, reitero que as minhas palavras assentam naquilo em que acredito, não vim para aqui com tricas políticas, nem com listas de Secretários de Estado, ou de Ministros, pois nesse caso teria muito a dizer sobre os dois últimos dois anos de governação do PS, que foram uma grande confusão nesse aspeto.

Esta Coligação está há catorze anos à frente dos destinos de Lamego, nesse sentido, reflitam sobre o que era Lamego há catorze anos atrás.”

Tomou a palavra o membro **Patrício Esteves** para proferir a seguinte intervenção:

“Quero apenas dizer ao deputado Paulo Barradas que na minha última intervenção não me referi aos Presidentes de Junta. Referi-me, isso sim, aos Presidentes da Assembleia de Freguesia e aos membros da Assembleia de Freguesia, que você não referenciou. Eles também são autarcas, foram eleitos e contribuíram para que todos os membros da Assembleia Municipal fossem eleitos.

Quanto à greve dos enfermeiros aqui referenciada, gostaria de esclarecer que não foi só um sindicato que marcou a greve para o dia 10 de maio do corrente ano, mas sim foram vários.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração:

“As minhas primeiras palavras são para o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D’El Rei e dizer que temos, de facto, olhado para esta freguesia, como para todas as outras, com muita atenção.

Tivemos a oportunidade de fazer algumas obras, as quais já foram aqui referidas, ao nível da beneficiação de estradas e caminhos, saneamento e reconstrução de muros. Há ainda muito a fazer e, brevemente, iremos proceder à pavimentação, que já está adjudicada, do caminho municipal n.º 1083, que corresponde à estrada entre a Quintela e Juvandes.

Está também em processo de obra a reabilitação do Pelourinho, que sofreu um acidente, bem como as obras da sede da Junta de Freguesia, realizadas em colaboração com a própria Junta e temos trabalhado o projeto da nova zona industrial, em Juvandes, que seria mais um grande equipamento para esta freguesia.

Há, infelizmente, limitações ao nível do ordenamento do território e do ambiente que nos balizam a definição dessa área e impedem de avançar para um projeto que está ainda pendente da revisão do PDM – Plano Diretor Municipal.

Felicito-o e agradeço a sua intervenção.

Em relação às palavras do senhor João Avelino, gostaria de referir que a Sessão Solene e as Comemorações do 25 de abril são uma responsabilidade da Assembleia Municipal. No entanto, ainda pensámos em fazer, com o CTOE - Centro de Tropas de Operações Especiais, uma espécie de vigília e convidar as pessoas para irem à rua, para estarem em ambiente de festa e assistirem à saída de uma coluna militar que, de alguma forma representaria a coluna que saiu do então CIOE - Centro de Instrução de Operações Especiais, na madrugada do 25 de abril de 1974, em direção ao Porto, com o intuito de tomarem conta dos sistemas de comunicação, tão importantes nesse período conturbado do início da revolução. No entanto, não foi possível fazê-lo, mas independentemente disso, as comemorações decorreram com toda a dignidade, que era o mais importante.

O membro Paulo Barradas referiu alguns aspetos, nomeadamente o envolvimento da juventude na vida cívica e política. É um ponto realmente muito importante e deixo um apelo ao senhor Presidente da Assembleia Municipal para que, eventualmente, a Assembleia Municipal do Futuro, que envolve os jovens e as nossas escolas, volte a ser ponderada como um momento de participação da juventude nas comemorações do 25 de abril, voltando a integrar a Assembleia Municipal do Futuro no Plano de Atividades.

Disse aqui muitas vezes e repito, para mim era um imenso privilégio poder ser o único adulto numa Sessão da Assembleia Municipal em que participavam crianças e jovens, mas que se portavam como se fosse uma sessão a sério, na qual discutiam os assuntos de interesse atual e futuro com muito empenho e com muito trabalho de casa.

Em relação às homenagens que foram feitas na Sessão solene do 25 de abril, há sempre lacunas quando se escolhe distinguir alguém, pois há sempre alguém que fica de fora.

No dia 5 de outubro de 2010, comemoração do centenário da Implantação da República, fizemos uma homenagem, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, aos antigos Presidentes da Câmara, antigos Presidentes da Assembleia e antigos Presidentes de Junta.

No passado dia 25 de abril de 2024 foram homenageados os antigos Presidentes da Câmara, antigos Presidentes da Assembleia e atuais Presidentes de Junta. Os Presidentes de Junta que o deixaram de ser entre 2010 e 2024 ficaram fora desta homenagem, como por exemplo a senhora Liliana Monteiro, que em 2010 era

Presidente de Junta e atualmente já não é. Tal como ela há muitas pessoas que serviram o concelho nas Juntas de Freguesia nesse período.

É uma questão de definição de critérios, de identificação e de fazer a justa homenagem a todos os autarcas, que nas diversas funções, bem o merecem.

Não está de momento na sala o senhor deputado Alexandre Hoffmann, mas quero dizer que de toda a moção do PCP que aqui foi lida e votada, apesar da maior discordância que temos, há um aspeto em que estamos em sintonia, e que diz respeito à regionalização. As regiões administrativas, já!

Em relação às questões colocadas pelo deputado Pedro Torres sobre a agregação das freguesias, concordo genericamente com aquilo que foi dito, não temos condições, nem temos necessidade de fazer a reversão, só havia duas freguesias que tinham condições, de acordo com a lei em vigor, de serem revertidas, que eram as da cidade, Sé e Almacave, o que não faz sentido.

A Junta de Freguesia da cidade é atualmente uma freguesia una e, em relação às outras agregações que foram feitas, elas estão genericamente a funcionar bem e tudo aquilo que funcione menos bem, pode sempre ser corrigido.

Passando às questões colocadas no período antes da ordem do dia, queria, efetivamente, saudar o Governo resultante do ato eleitoral do dia 10 de março de 2024, saudar o regresso à Assembleia da República e ao Governo do CDS, o partido que é nosso parceiro de Coligação “Somos Lamego”, saudar o nosso Presidente da Assembleia Municipal, Ricardo Morgado, pela sua chegada ao Parlamento Europeu. Está também na próxima lista para o Parlamento Europeu, gostávamos que estivesse numa posição em que sua eleição fosse mais fácil para poder continuar este trabalho, em todo o caso tenho que dizer, Dr. Ricardo Morgado, é em Lamego e é à escala nacional um jovem político com muito potencial, acreditamos que tem muito a dar ao nosso concelho e ao país.

Relativamente às questões colocadas pelo deputado Romeu Sequeira, referentes ao heliporto repito o que já disse, os heliportos exclusivos de vocação hospitalar estavam excluídos da lei e foi por essa razão que o seu licenciamento começou tardiamente, penso que só em 2019 e o nosso fez todo aquele caminho complexo que está agora a terminar.

Portanto, é desnecessário voltar ao ano de 2012, à data de inauguração do Centro Hospitalar, para colocar a situação do licenciamento do heliporto do hospital, pois nessa altura a lei não o previa.

Em relação à questão do jornal Observador, sendo eu um indivíduo de direita, conservador e até liberal, não costumo ler o Observador.

Posso dizer-lhe e garantir-lhe que a rede social e o Conselho Local de Ação Social funcionam adequadamente, fazem todas as reuniões, discutem todos os alunos, dão

todos os pareceres, todas as datas são aprovadas no próprio CLAS – Conselho Local da Ação Social e estão disponíveis. Portanto, nada temos a dizer, antes pelo contrário, aliás o deputado Domingos Nascimento referiu aqui, de forma elogiosa, que a rede social está a funcionar adequadamente.

Quanto ao facto de o diagnóstico social ser de 2015, significa efetivamente que não foi atualizado, e digo-lhe mais, a Carta Educativa de 2008 está a ser agora revista, como estão a ser revistos todos os planos, diagnósticos, estratégias, cartas municipais e conselhos municipais. Durante os quatro anos de mandato do Executivo socialista nada foi feito a esse respeito.

Em relação ao Gabinete do Empreendedorismo, de facto temos um protocolo com a Nervir, a que podem recorrer todos os empresários e empreendedores que pretendam obter conselhos e formação. Temos também um protocolo com a Escola Superior de Tecnologia e Gestão para a incubadora de empresas de Lamego, que é um local, não apenas de instalação de empresas, mas de preparação para que essas empresas ali se instalem e possam ser incubadas e temos o Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo a funcionar na Câmara Municipal, no Gabinete de Apoio às Atividades Económicas e Turismo.

O deputado Alexandre Hoffmann referenciou a situação exterior do Centro Multiusos que, por vandalismo, tem, de facto, grafitagens, tem pedras de granito de revestimento das estruturas degradadas e tem o problema da escadaria que tem de ser resolvido.

Relativamente aos subsídios de penosidade e insalubridade, há, efetivamente, uma questão jurídica que se coloca em relação aos trabalhadores a termo certo e essa situação terá de ser clarificada.

Da nossa parte e da minha parte, em particular, ordenarei o pagamento de todos os subsídios de penosidade e insalubridade que me sejam propostos pelos serviços, ultrapassadas todas as dúvidas de legalidade e de interpretação que, efetivamente, esta disposição legal comporta.

O deputado Domingos Nascimento referiu assuntos muito concretos e muito relevantes. Claro que a fixação da população jovem é a primeira e a mais importante aposta para o futuro de qualquer concelho, de qualquer cidade, de qualquer território.

A fixação de população jovem só pode ser feita através do emprego, de emprego bem remunerado, de emprego qualificado, de emprego seguro, que dê perspetivas às pessoas, aos jovens qualificados para poderem fazer aqui a sua carreira profissional, para poderem aqui criar a sua família, para poderem dar um contributo válido para o desenvolvimento da sua terra. É o que temos procurado fazer.

Na questão da taxa turística, temos uma discordância, pois sou contra a mesma. Entendo que a haver taxa turística ela deve ser utilizada para compensar os cidadãos pelas situações menos favoráveis que o turismo traz, principalmente na utilização de

infraestruturas e na sobrecarga de alguns equipamentos. Desviar uma taxa turística, para uma taxa de humanização, ou seja, para projetos de natureza social, não me parece adequado para quem tem que promover uma atividade concorrencial, como o turismo, concorrendo com outros locais do território e do estrangeiro e depois ver o dinheiro que essas atividades aportam desviadas, não para a promoção da própria atividade e para compensação de externalidades negativas da atividade, mas para atividades diversas, que tem que ser mantidas obviamente pela sociedade em geral, pelo município, pelo Estado com os nossos impostos.

Em relação às ULS - Unidade Local de Saúde, são uma novidade que não sabemos se vão funcionar adequadamente. Não deixamos, contudo, de trabalhar, quer com as estruturas, quer com as pessoas, independentemente de termos simpatia, ou não, pelo modelo. O que posso garantir é que estamos a trabalhar com a ULS, tal como trabalhávamos com o extinto ACES – Agrupamento de Centros de Saúde e com o Centro Hospitalar.

Temos tido, por parte dos interlocutores atuais, a melhor receptividade, a melhor colaboração, vamos tentar ultrapassar todas as questões que se colocam e sobretudo continuar a investir naquilo que é relevante, por um lado a infraestrutura e concretamente o novo Centro de Saúde, e por outro lado as pessoas.

Os recursos humanos qualificados, as condições de trabalho são fundamentais, nesse sentido temos perspetivas de reinstalação da Unidade de Saúde Pública para a instalação da saúde oral, no atual Centro de Saúde, a ampliação da sala de espera, para manter as duas Unidades de Saúde Familiar com condições relativamente comparáveis de funcionamento. Estão também previstas algumas melhorias, ainda temporárias, no novo Centro de Saúde, nomeadamente o carregador de veículos elétricos, que irá chegar proximamente, fruto de uma candidatura ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, e os painéis solares, que ficarão no edifício após a saída do Centro de Saúde e que futuramente terão outra função.

Como vêm, temos procurado responder a todas as condições, quer às infraestruturais, quer às organizacionais, para que esta estrutura da ULS possa dar resposta às necessidades, porque se tal não acontecer, os utentes dos serviços de saúde, os munícipes, os nossos concidadãos serão muito prejudicados e isso não podemos consentir.

O deputado Pedro Torres referiu-se aos faustosos 28% que a Coligação AD obteve nas últimas eleições legislativas. Queria recordar-lhe só um aspeto curioso, pois 28% foi a votação que obteve o senhor Rui Valadares, pelo Partido Socialista em 1989. Durante anos foi referido, no site da Comissão Nacional de Eleições, como sendo o Presidente de Câmara eleito a nível nacional com menor percentagem eleitoral.

Hoje, provavelmente fruto do alargamento das candidaturas, das candidaturas independentes e de outras forças partidárias, este recorde já foi ultrapassado, mas é um número curioso, fazendo alusão a uma expressão parlamentar muito comum.

Queria, ainda, dizer-lhe que sobre a relação de proximidade do senhor Primeiro Ministro com Lamego, a terra da sua mãe, com o Partido Social Democrata de Lamego e comigo próprio, é muito boa.

Podemos ter posições diversas sobre muitas coisas, podemos divergir nas posições que cada um toma, mas devo lembrar-lhe que no dia 23 de outubro de 2021, na minha tomada de posse, o então dirigente do Partido Social Democrata, Dr. Luís Montenegro, esteve presente, o que muito me honrou, e disse, provavelmente, que estava espantado por termos derrotado novamente o Partido Socialista nessas eleições.

Relativamente à Câmara Municipal estar aberta à população, tenho a dizer que o Balcão Único está no local de onde nunca devia ter saído, do hall principal da Câmara Municipal. Bem sei que o deputado Pedro Torres sabe que está aberta, porque no dia a seguir a abertura vi-o lá, não me disponibilizei para lhe perguntar se precisava de alguma ajuda, porque os serviços funcionam autonomamente por si, sei que foi seguramente bem atendido e sobretudo que satisfez a curiosidade.

Em relação à iniciativa Fale com o Presidente, informo-o de que continua a receber muitas pessoas, aliás, ainda na terça-feira passada até às 20 horas fizemos cerca de 24 atendimentos, alguns deles com várias pessoas, grupos, famílias, o que seja, e vamos continuar a fazê-lo.

Há, efetivamente, algumas terças-feiras em que eu não o posso fazer, por questões de agenda, e nessa altura aviso e a iniciativa é retomada na semana seguinte, ou quinze dias depois.

Sobre as obras, de facto, estão a demorar muito tempo, estão a demorar mais tempo do que seria desejável, mas parte desse tempo decorreu do facto do Partido Socialista, e isso já foi discutido aqui até a exaustão, ter desvirtuado os projetos que deixámos em 2017, ter lançado obras parciais, ter alterado obras. Todos estes fatores culminaram, efetivamente, num deslizar muito significativo das obras.

Em relação aos prazos, eles estão totalmente justificados e foram aprovadas as prorrogações que havia a aprovar, em sede de reunião de Câmara. Temos, realmente, um custo elevadíssimo de revisão de preços, que decorre também do facto de, por força da Covid-19, o Governo ter determinado que havia necessidade de estabelecer legislação própria para ajustar as revisões de preços às situações, nomeadamente, inflacionistas e ao período de falta de materiais e de paragem, que se verificou.

Temos, efetivamente, 750 mil euros de revisão de preços, no Parque Urbano e 450 mil euros de revisão de preços, no túnel, na Passagem Desnivelada do Escadório da Nossa Senhora dos Remédios.

Se o anterior Executivo tivesse lançado essas obras no início de 2018 e as tivesse feito antes da pandemia, não teríamos este problema.

Relativamente à qualidade das intervenções, sempre que as mesmas não estiverem concluídas, em condições de ser recebidas não o serão, e quando forem, no caso de se verificar que ainda assim, não têm condições, irão ter que ser corrigidas e se não forem corrigidas, há garantias bancárias, há cauções para o resolver.

Sobre a intervenção que referiu, na Urbanização do Paraíso, ao afirmar que está pior do que estava antes, considero uma completa injustiça. Claro que a urbanização não está pior, poderá ainda não estar bem, mas vai ficar bem, pior estava antes com as árvores a destruírem muros e passeios.

O senhor deputado Patrício Esteves falou do Boletim Municipal “Lamego em Revista”, e sobre isso gostaria de dizer que há muitos anos que editamos o Boletim Municipal, mas não o fazemos, efetivamente, com regularidade. No anterior mandato só editamos um número, mas prometo que iremos tentar fazê-lo com mais frequência, pelo menos um por semestre.

Queremos, com isso, informar os munícipes daquilo que é a atividade do município e trazê-los também para alguma participação. É obrigação do Executivo Municipal, da Assembleia Municipal e das Juntas de Freguesia, prestar contas pelo trabalho que vão desenvolvendo.

O deputado Paulo Barradas falou de temas como a captação de jovens, o Parque da Saúde, a habitação social. Sobre esses assuntos apraz-me dizer que não são projetos de hoje, são projetos de há muitos anos, aliás a habitação social já a começámos em 2007.

Falou da Central de Camionagem, e, na minha opinião, não está tão mal como diz. A Central de Camionagem tem, efetivamente, algumas limitações, porque é um edifício com muitas décadas, foi objeto de obras de requalificação há cerca de uma década, entretanto já foi alvo de pequenas obras de requalificação, nomeadamente ao nível dos sanitários e de pinturas, já tem carregamento de veículos elétricos, já tem o suporte ao Verdinho, que é o nosso sistema de transporte público urbano e também à paragem dos expressos e das carreiras municipais que ali passam.

Pode sempre fazer-se melhor, mas não vejo que seja preocupante.

Referiu também que a Coligação Somos Lamego está no poder há catorze anos. Ainda bem que estamos e o trabalho que fizemos, ao longo destes anos, está visível na cidade e por todo o concelho, contrariamente ao trabalho que o Partido Socialista não fez no último mandato e, pior ainda, à inércia que introduziu na dinâmica municipal, que nos obriga a descontar, não só quatro anos, mas sim oito anos, neste período que quis contabilizar dos últimos 30 anos.

Temos muito orgulho no trabalho que temos feito, e temo-lo feito com um plano, com objetivos determinados. Poder-me-ão dizer que esses objetivos são muito determinados pelos fundos comunitários e pela forma como se pode financiar as obras, é verdade, mas os fundos comunitários são definidos a partir de uma estratégia local, que entronca numa estratégia regional, ao nível da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que entronca numa estratégia nacional, que o país apresenta a Bruxelas e que é uma estratégia alinhada com os objetivos da União Europeia, para cada uma das políticas sectoriais.

Na semana passada foi assinada, em Penedono, o novo Plano de Ação Territorial do Norte entre a CCDR e as comunidades intermunicipais de toda a região.

Em 2015, assinei, em representação da CIMDouro, a mesma estratégia em Santa Maria da Feira no Euro Parque. Desta vez, estamos dois anos atrasados em relação a esse atraso, já de um ano e meio, mas o princípio continua a ser o mesmo. Há um alinhamento de estratégias, que foi feito lá atrás e agora as candidaturas vão apenas executar a estratégia que está definida. Portanto, quando diz que não temos um plano, eu afirmo que temos um plano.

O Partido Socialista teve um plano? Não teve plano nenhum. O país tem um plano, tem inclusivamente vários planos, consoante as áreas sectoriais em que estamos a trabalhar.

Com estas palavras e ficando ao dispor dos senhores deputados municipais para qualquer outro esclarecimento, termino esta primeira intervenção, agradecendo a participação de todos.”

*Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção: “Quero agradecer o elogio do senhor deputado Patrício Esteves. Bem sei que o CDS necessita de quadros capacitados, mas como é óbvio eu estou muito bem no Partido Socialista, o qual presido.*

Intriga-me que fique admirado por elogiar e falar sobre um artigo escrito por uma dirigente do CDS, mas o facto é que tenho amigos em vários partidos, pelos quais nutro estima e consideração, e é assim que deve ser. Aliás, abril trouxe-nos isso. Fico admirado que vocês fiquem incomodados com isso.

Senhor deputado José Manuel Correia, conheço-o muito bem, sei que é uma pessoa bastante respeitadora, mas as referências que fez a alguém que é dirigente no partido, no qual você é líder do grupo municipal, deixe que lhe diga, não lhe ficou bem.

Relativamente à questão do diagnóstico social, senhor Presidente da Câmara, fiz hoje um print screen ao que está no site, que tenho aqui e posso mostrar a todos. Tenho aqui as atas e a última é de dezembro de 2021. Tenho também o último Plano de Ação, que consta no site e é de 2019, o Plano de Desenvolvimento Social, que é de 2021 e o Diagnóstico Social, que é de 2015.

Perante isto, responda. É que contra factos, não há argumentos.

Sabe porque é que trouxe aqui o Diagnóstico Social? Porque este é um instrumento extremamente importante para o projeto Radar Social, ao qual a Câmara submeteu uma candidatura, em janeiro, veio aprovada em fevereiro, e teve três meses para atualizar estes documentos.

Aliás, senhor Presidente, quando submete e quando sabia já desde o final de 2023, que tinha que ter estes documentos totalmente finalizados três meses após a aprovação, o que diz que falta um mês, como é que não preparou isto? Eu não consigo compreender.

Este é um projeto muito importante para o nosso concelho, pois quando se fala no diagnóstico social do concelho, estamos a falar de uma ferramenta de trabalho que fundamenta a intervenção estratégica do concelho no campo da ação social.

Ainda sobre o Gabinete de Apoio às Atividades Económicas, ficamos a saber o mesmo, ou seja, nada. Por isso, volto a questionar, agora enquanto jovem empresário do setor agrícola, se precisar de uma informação, de um apoio, onde me posso dirigir? É que realmente não sei.”

Tomou a palavra o membro **Liliana Monteiro** para proferir a seguinte intervenção:

“Uma vez que o senhor Presidente da Câmara Municipal citou o meu nome na sua intervenção, tenho a dizer o seguinte: as homenagens são o que são e nada me diz. As pessoas são o que são, não pelas homenagens, mas sim pelos seus valores. Homenageada ou não, sinto muito orgulho no meu percurso político. Tenho dito.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração:

“Quero só devolver a questão ao deputado Romeu Sequeira, pois ele participou no Conselho Local da Ação Social e, nesse sentido queria perguntar-lhe se aprovaram, ou não, a ata da reunião anterior. Porque, perguntar pelas atas de um órgão, quando até se participa nas reuniões do órgão, não faz muito sentido.

O Conselho Local da Ação Social funciona regularmente desde sempre. As atas estão feitas e disponíveis. Questionar se estão, ou não no site, isso não é um problema. Se as pedir à Câmara, serão todas disponibilizadas.

Relativamente ao diagnóstico social, ele está a ser feito. Foi contratualizado com uma empresa. Não irá impedir que qualquer projeto, ou candidatura, deixe de ser feito por não estarem reunidos todos os requisitos legais, nomeadamente em termos de planos, estratégias e cartas.

Devo recordar ao Partido Socialista que, em 2005, quando chegámos à Câmara Municipal, havia apenas um assistente social. Toda a área social do município estava reduzida a uma pessoa, que se ocupava exclusivamente da CPCJ, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Ou seja, não havia ação social no Município de Lamego. Atualmente temos cerca de quinze técnicos superiores que se ocupam de

áreas diversas, é uma equipa pluridisciplinar que tem a seu cargo um conjunto alargado de projetos e o Radar Social será mais um, a par de todos os outros.

A nova geração do CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social está a ser preparada, portanto, não temos em relação a esse assunto qualquer tipo de problema.

Precisamos, apenas, de continuar a contar com a dedicação, com o profissionalismo e com a competência das pessoas que estão afetas à Unidade de Ação Social e que, diariamente, fazem o seu trabalho, quer no acolhimento aos cidadãos e na resposta direta aos seus problemas, quer no planeamento das intervenções e dos projetos sociais em que o município está envolvido.

Relativamente à questão do senhor jovem empresário agrícola, e não do deputado municipal, tenho a dizer que se tiver um problema dessa natureza é melhor ir à associação do setor, da qual é seguramente associado, e aí receberá toda a informação que necessita. Se quiser diversificar atividade e avançar para uma atividade diferente, por exemplo na área turística, ou outra, pode dirigir-se à Câmara Municipal e, no Gabinete de Apoio às Atividades Económicas e Turismo, encontrará todo o apoio.”

2.1-ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE FEVEREIRO DE 2024

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de fevereiro de 2024, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, dos presentes, havendo cinco não votos, por não terem participado na sessão anterior.

2.2-ASSUNTO: INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que crê que desde fevereiro até à data não houve reunião de nenhum destes órgãos, no qual a Assembleia esteja representada, ainda assim, questionou se algum membro da Assembleia tinha alguma intervenção para, ao que foi respondido que não.

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1-ASSUNTO: APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para apresentar a seguinte informação acerca da atividade da Câmara e da situação financeira do município:

“Vou começar a minha intervenção com algumas informações que não estão escritas, nomeadamente que hoje termina o prazo de entrega das candidaturas ao PRR, para a

requalificação de escolas e que o município irá apresentar os dois projetos para as escolas que faltam requalificar que são a Escola EB 2/3 e a Escola Secundária da Sé. Os projetos de execução estão feitos. São obras vultuosas que irão orçar entre 7 e 11 milhões de euros, uma e outra. Esperemos que haja capacidade para financiar todos esses projetos, se não diretamente através do PRR e do Portugal 2030, com empréstimo do Banco Europeu de Investimento, como estava acordado com o anterior Governo.

É muito relevante que possamos fechar a rede de escolas do concelho, uma vez que temos centros escolares novos de grande qualidade. Temos a Escola Latino Coelho requalificada, temos uma nova Escola de Hotelaria e Turismo com instalações de grande qualidade, temos a Escola Superior de Tecnologia e Gestão com obras realizadas há poucos anos e com um projeto para um novo polo, que já está também preparado. E efetivamente as duas escolas que nos causam preocupação, pela sua condição de degradação é a Escola da Sé e a Escola EB 2/3 de Lamego as quais, se tudo correr bem, com a candidatura que hoje estamos a fechar, poderão entrar em obras muito brevemente.

Queria também referir que no domingo passado decorreu a Feira do Gado em Pretarouca, onde tive gosto de estar, e em Britiande decorreu uma caminhada sob o mote “Rota das Capelas”, na qual os membros do Executivo Municipal marcaram presença.

Relativamente à informação escrita, destaco a Rede de Cidades e Vilas que Caminham, aliás, já me referi aqui a esse protocolo em que estamos com outros municípios numa rede cujo objetivo é promover estilos de vida saudáveis e promover a utilização do espaço público para caminhar e não apenas para andar de carro e estacionar automóveis.

Queria também salientar a inauguração da ampliação e beneficiação do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia, aqui nesta freguesia de Vila Nova de Souto D`El Rei, mais precisamente em Arneirós.

Estive presente na inauguração juntamente com a senhora Secretária de Estado de Ação Social e da Inclusão, Dra. Clara Marques Mendes. É uma obra de grande dimensão, de grande dignidade, sobretudo com uma dimensão humanista, que melhorou, claramente, a qualidade do serviço que é prestado aos utentes daquela instituição. Está parabéns à Santa Casa da Misericórdia por esta inauguração.

Relativamente à ULS, também já me referi anteriormente, é uma nova organização dos serviços de saúde que integra cuidados hospitalares com cuidados primários. Estamos a dar os primeiros passos nesta nova estrutura, procurando, no relacionamento com os responsáveis, levar as nossas preocupações e ter as respostas mais adequadas, àquilo que são as necessidades dos lamecenses.

Em relação ao CTOE, o Executivo Municipal tem estado presente em vários momentos da vida do CTOE. Ontem mesmo, tomou posse o novo Comandante do CTOE, o Coronel Paulo Roxo, de resto um lamecense e filho de uma figura bem conhecida da nossa cidade, o senhor Domingos Roxo, que durante anos animou a nossa escola de concertinas.

Queremos desejar-lhe as maiores felicidades, reiterar o apoio do Município de Lamego, mas sobretudo o apoio de Lamego, dos seus cidadãos à nossa unidade militar, que tanto nos orgulha.

A este propósito, quero dizer que o Comandante da Brigada de Reação Rápida, o General Raul Matias, é também um lamecense, natural da Penajóia. Também o recebi recentemente, no edifício da Câmara Municipal, para a habitual apresentação de cumprimentos.

Saliento esta ligação tão próxima que mantemos com a nossa unidade militar.

Está também assinalada uma reunião do CLAS, que designou a Obra Kolping, para ser a entidade gestora do novo CLDS, do Contrato Local de Desenvolvimento Social de Quinta Geração.

Inauguramos o Albergue dos Caminhos de Santiago, em Magueija. É uma obra pequena, mas muito digna, de grande utilidade e que já está a dar uma grande vida à freguesia, podendo receber todos os peregrinos que fazem o caminho de Santiago ao longo de todo o concelho de Lamego.

Temos projetado mais um conjunto de equipamentos desta natureza, sendo que o próximo será o da Freguesia de Sande. Posteriormente as Freguesias de Britiande, de Valdigem e Cambres terão centros cívicos, com especificidades um pouco diferentes, mas dos quais não está excluído este conceito de espaço de apoio a quem nos visita e à população local.

Queria também salientar a apresentação do projeto da Construção das Redes de Água e Saneamento da Freguesia da Penajóia. Iremos brevemente apresentar este projeto na freguesia, porque a implementação de um projeto desta natureza tem muitas dificuldades e carece de colaboração, nomeadamente, da Junta de Freguesia e da população local. É um projeto que prevê a instalação, em termos de abastecimento de água, de mais de 30 km de condutas, 19 válvulas redutoras de pressão, um reservatório para 500 m³ e um investimento de mais de 3 milhões de euros. Para a rede de saneamento, prevê 13 km de redes de drenagem, 9 estações elevatórias e um investimento da ordem dos 3,6 milhões de euros.

Estamos, por isso, a falar de um projeto que custará entre 6,1 milhões e 6,7 milhões de euros. É um projeto que custa, como vêm, muitos milhares de euros por cada habitante da Penajóia. Não temos neste momento, no Portugal 2030, o dinheiro

necessário para o financiar e, por isso, vamos exigir à população da Penajóia uma colaboração neste projeto.

Não queremos problemas de travessias, não queremos problemas de utilização de espaços, a Câmara pagará os terrenos que tiverem que ser ocupados e os muros que tiverem que ser demolidos, mas não podemos permitir que haja oposição a um projeto que é fulcral para o futuro desta freguesia.

Temos imensos investimentos na Penajóia, quer em termos de segunda habitação, de pessoas da Penajóia que estão instaladas fora, de pessoas que não têm raízes na Penajóia, que compraram casa na Penajóia para reabilitar. Temos imensas intenções de investimento e até já com projetos de licenciamento na Câmara Municipal em termos de projetos de turismo. Temos investimentos no setor da vinha e da cereja e precisamos de criar a infraestruturas necessárias para que as pessoas possam viver na Penajóia com dignidade.

Quando fizermos a instalação de redes iremos rasgar caminhos públicos, é uma oportunidade para os alargar, quando for possível, para os beneficiar no pavimento, para melhorar também as condições de circulação. Deixo, por isso, aqui este enorme desafio à senhora Presidente da Junta da Penajóia. A Câmara não pode chegar a um sítio e fazer um projeto só por si, esse projeto tem que ser preparado, tem que haver o diálogo, tem que haver a concertação com a população e queremos começar a fazer esse trabalho com uma apresentação deste projeto na sede de Junta de Freguesia muito proximamente.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal já fez referência às apresentações dos livros que decorreram, integradas nas comemorações do 25 de abril, nomeadamente do Professor Alberto Almeida e do Dr. Eduardo Leal.

Em relação à Comunidade Intermunicipal do Douro, houve também várias reuniões neste período entre as Assembleias Municipais. Informo que a Comunidade Intermunicipal do Douro tem uma nova direção, fruto da ida do Dr. Carlos Silva Santiago para o Parlamento, após as últimas eleições legislativas, bem como do Dr. Nuno Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.

Assim, o atual Presidente da CIMDouro é o Dr. Luís Machado, Presidente da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião e foram eleitos para Vice-Presidentes o Dr. João Gonçalves, Presidente da Câmara de Carrazeda de Anciães e o Dr. João Paulo Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Armamar.

Este será o Executivo da Comunidade Intermunicipal do Douro, que irá vigorar até ao final do mandato autárquico e a quem desejamos muitas felicidades e, sobretudo, muita celeridade nos avisos que, a partir de maio, devem começar a sair, sendo que o primeiro aviso a ser lançado deverá ser o do combate ao insucesso escolar ou de

promoção do sucesso escolar, se quisermos ver pela medida positiva, ao qual o Município de Lamego irá, naturalmente, concorrer com um projeto ambicioso.

Queria salientar a apresentação do livro “Dicionário do Ensino Superior”, escrito em co-autoria, entre João Anastácio e o nosso Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Ricardo Morgado. Tive a oportunidade de estar, em Lisboa, na referida apresentação, num evento muito participado, com a presença de muitas pessoas ligadas, sobretudo, ao mundo académico, mas também ao mundo político.

Desejo ao senhor Dr. Ricardo Morgado muito sucesso, não apenas para este livro, mas para outros que certamente se seguirão.

Já falámos hoje da Ação Social, da Rede Social, do Conselho Local de Ação Social, do Diagnóstico Social, mas queria ainda dizer que foram remodeladas as instalações da Unidade da Ação Social.

A mesma passou a ocupar as instalações que, em tempos, foram remodeladas para a instalação do Espaço Internet e da Loja Ponto Já, no Bloco da Feira. Atualmente funciona, nessas instalações, a Unidade de Ação Social com excelentes condições e estão todos convidados a visitar e a ver o trabalho que ali é realizado.

Estas instalações acomodaram também os colaboradores que foram transferidos da Santa Casa da Misericórdia de Lamego e da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, no âmbito da transferência de competências que o Estado promoveu na área da ação social. Portanto, as equipas do RSI – Rendimento Social de Inserção e do SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social estão também instaladas no Bloco da Feira.

É um investimento significativo que o município está a fazer em termos de requalificação de instalações próprias, é um imperativo, não apenas acomodar os serviços que tínhamos, bem como os novos serviços, que recebemos por transferência de competências, mas também dar condições de trabalho aos nossos colaboradores e dar condições de boa acessibilidade e também qualidade aos munícipes que nos procuram.

Relativamente ao bem-estar animal, queria salientar o investimento enorme que temos feito nesta área, quer na ampliação do Canil Municipal do Abrigo e na criação de parques para o acolhimento das matilhas que têm estado a ser recolhidas, quer nas campanhas de adoção, nas campanhas de esterilização, no apoio médico veterinário que damos às pessoas mais carenciadas, nos protocolos estabelecidos com as associações de proteção dos animais e com as clínicas veterinárias do concelho, e no apoio aos cuidadores informais, às pessoas que cuidam dos animais errantes que estão na rua. Sobre este último aspeto, quero deixar um aviso muito claro, pois quem cuida de animais errantes, em condições que não são controladas pelos serviços do município, que não são adequadas, não está a ter um ato de bondade para com

animais, está a ter um ato prejudicial a toda a comunidade, podendo chegar a criar situações perigosas.

Todos conhecemos bem a rotunda do Torrão, na saída da Ponte da Régua e a matilha que ali se encontrava, pois bem, foram recolhidos 42 animais daquele espaço que estão hoje acolhidos ao abrigo. Na Urbanização do Paraíso foram recolhidos 32 canídeos, mas continuamos a ter alguns animais errantes, alguns em matilhas controladas, que estão esterilizados, que foram afastados dos animais mais agressivos e que são alimentados e acompanhados no local. Pedimos a compreensão da população para esse aspeto.

Em todas as outras situações, em que há animais que quase diariamente são abandonados no nosso concelho, pedimos também à população que nos ajude a sinalizá-los e a recolhê-los para serem levados para o Canil Municipal.

Queremos ter uma atitude muito responsável e queremos ser uma referência nesta questão do bem-estar animal, mas precisamos da colaboração de toda a população.

Em relação à vespa asiática temos boas notícias, pois temos estado a usar armadilhas, não temos feito as largadas, porque já não é necessário para a vespa das galhas, estamos a fazer um trabalho que, aparentemente, está a dar bons frutos.

Queima dos Judas, Dia Mundial das Florestas, dias importantes que foram recentemente assinalados.

Informo que temos novos comandantes da GNR e da PSP no Distrito e que temos ótimas relações com as Forças de Segurança.

Queremos felicitar os recém-empossados e disponibilizar, mais uma vez, o Município de Lamego para continuarmos a aprofundar a nossa colaboração.

Assinamos o protocolo com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Lamego. Os bombeiros são o nosso braço principal na Proteção Civil e o apoio financeiro aos Bombeiros tem vindo a aumentar, por força da manutenção. Neste momento há três equipas de intervenção permanente e também uma equipa de sapadores florestais.

Informo, ainda, que tivemos uma reunião com a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e que já carregámos, na plataforma, a proposta de alteração do PDM - Plano Diretor Municipal.

Temos uma enorme preocupação, porque apesar das medidas tomadas pelo Governo, no sentido de promover a desburocratização, a simplificação administrativa em termos de urbanismo e em termos de ordenamento território, a verdade é que alterar o PDM continua a ser um calvário imenso e nós não vemos a hora de ter o nosso Plano Diretor Municipal adaptado àquilo que são as estratégias de desenvolvimento, que temos para o nosso território e o que são as necessidades da população e das empresas.

Celebraram-se os vinte anos do Julgado de Paz, estivemos presentes e temos colaborado regularmente com esta instituição de administração da justiça.

A Liga dos Combatentes do núcleo de Lamego celebrou 100 anos de existência e foi agraciada com a Medalha de Ouro da cidade de Lamego.

Deixo os restantes pontos para questões que os senhores deputados municipais queiram colocar, mas faço apenas referência a mais três aspetos.

O primeiro já aqui foi referido, o do Balcão Único, que não se limitou à reposição do Balcão Único, pois todo o rés-do-chão, da ala esquerda, do edifício dos Paços do Concelho foi requalificado e, portanto, os serviços municipais, nomeadamente a Divisão de Obras e Urbanismo e a Divisão de Investimentos Municipais, estão instaladas em novas instalações.

O próximo passo será reformular o funcionamento do Gabinete Único, fundindo os Serviços de Atendimento e de Tesouraria, o que permitirá uma maior comodidade para os munícipes.

Já referi também que foi realizada, em Penedono, entre a CCDR e as Comunidades Intermunicipais, a assinatura dos contratos de Desenvolvimento Coesão Territorial para o próximo Quadro de Programação 2021-2027. Já não estamos em 2021, estamos em 2024, estamos, por isso, muito atrasados.

A CIMDouro irá receber cerca de 157 milhões de euros, que serão agora colocados, em aviso, para candidaturas dos municípios. O Município de Lamego tem mais de 50 milhões de euros de candidaturas já apresentadas ao PRR. Queremos começar também a apresentar candidaturas ao Portugal 2030, logo que esteja disponível.

Para finalizar, o Parque Urbano de Lamego está concluído, será inaugurado no próximo dia 3 de maio de 2014, às 15 horas. Os senhores deputados municipais estão todos convidados.

Convidámos o senhor Secretário de Estado da Administração Local, o Dr. Hernâni Dias para estar presente.

Faremos uma cerimónia de inauguração muito simples, a que se seguirão as tradicionais corridas de passo travado, posto que são uma tradição em Lamego, no dia 3 de maio. O Parque Urbano é um espaço requalificado, para que este evento tão tradicional do nosso Concelho se continue ali a realizar.

Em relação ao Parque de Lazer do Bairro da Ponte, as obras estão também concluídas. A inauguração será no dia 19 de maio de 2024, às 12 horas. Convidei para esta inauguração o senhor Secretário de Estado do Ambiente, o Dr. Emídio Sousa. Estão igualmente todos convidados para esta inauguração. Haverá um almoço aberto à população e uma tarde cultural que se seguirá.

Senhor Presidente da Assembleia, senhores deputados municipais, esta era a informação escrita que eu tinha para prestar. Fico ao vosso dispor para qualquer esclarecimento.”

Usou da palavra o senhor **Presidente da Assembleia** para agradecer, a título pessoal, a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lamego, bem como da senhora Vice-Presidente na apresentação do seu livro, pois sabe que foi com algum sacrifício pessoal que o fizeram.

Nesse sentido, agradeceu publicamente esta representação institucional no referido evento.

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção: *“Em primeiro lugar, gostaria de felicitar o senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo lugar ocupado no Parlamento Europeu, que muito dignifica Lamego. Desejo bons votos para esse cargo, pois apesar de curto, estou certo que será relevante.*

Gostaria agora de falar sobre a Resinorte. Está patente, na informação, um ponto específico que refere a representação do município na Resinorte. Aliás, pelo que leio, o senhor Presidente automeou-se para, uma vez mais, representar o município no Conselho de Administração.

Tenho presentes alguns factos sobre a Resinorte. O Aterro Sanitário de Bigorne está em funcionamento há mais de 15 anos, é uma realidade. Tenho conhecimento, que em 2022, o Aterro estava muito próximo de atingir o seu limite de capacidade para receber os resíduos. A previsão era, que em 2023, esse limite fosse atingido. Como já passou um ano, gostaria de saber se já foi efetuada a selagem do mesmo, em que ponto se encontra, ou se já foi pelo menos iniciado o processo de selagem.

Neste contexto, aproveito o mote para levantar uma discussão que foi, de certa forma, iniciada na última Assembleia Municipal, e que tem a ver com a ampliação deste aterro.

Gostaria, por isso, de saber se já foram iniciadas as obras de ampliação, qual é o ponto de situação para posteriormente, mediante a sua resposta, voltar a tecer os meus comentários.”

Tomou a palavra o membro **Carlos Loureiro** para proferir a seguinte intervenção: *“Jurei que nunca mais interviria politicamente, mas isto não é uma intervenção política, é um agradecimento, e dá ênfase à agenda do senhor Presidente e à sua nota informativa.*

Permita dizer-lhe, senhor Presidente, que com uma agenda tão preenchida e com o seu trabalho de gabinete, não terá muitas terças-feiras livres, como alguém aqui disse. O meu agradecimento é dirigido ao Bruno Carneiro, Presidente da Junta de Freguesia de Lalim, pela excelente iniciativa do evento “Queima do Judas”, realizada nos dias 6 e 7 de abril de 2024.

Temos de enaltecer o trabalho que as nossas freguesias fazem para manter vivas as tradições, e a “Queima de Judas” representa muito bem o que são as tradições das nossas populações rurais. Por isso, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lalim está de parabéns por mais esta edição, que foi um sucesso.

Queria dar também os parabéns do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Britiande, Germano Ribeiro, pela iniciativa “Rota das Capelas”. Foi uma excelente caminhada, muito bem sinalizada, e que demonstra que as nossas aldeias têm muito património, que pode e deve ser explorado.

Quero parabenizar também o nosso Presidente da Assembleia pelo seu mandato como eurodeputado. Era excelente que fosse um mandato mais extenso, mas o futuro dirá.”

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção:
“Lamego perdeu a sua identidade e, desde o 25 de abril, vive um invulgar paradoxo. Muito dinheiro despendido em obras e não vislumbramos progresso. Constroem-se e encerram-se Centros Escolares, constrói-se a residência universitária para jovens não lamecenses e não se dão bolsas de estudo aos nossos jovens que frequentam as prestigiadas universidades portuguesas. Não surpreende que os nossos jovens não regressem ao seu concelho, porque a autarquia nada faz por eles.

Apoiam, e bem, a publicação de livros e esquecem-se do acervo documental da antiga Biblioteca Municipal, que se degrada. Convido os senhores deputados a visitarem o espaço onde abandonaram esse acervo.

Ouvi muitos discursos retóricos nesta Assembleia Municipal, mas as palavras não são proporcionais às ações que defendam a riqueza arquitetónica e cultural de Lamego. Há dinheiro para obras em período eleitoral, não há dinheiro para o fundamental.

Temos referido nas sessões da Assembleia Municipal as condições dos imigrantes asiáticos que vêm trabalhar para o nosso concelho. Quantos asiáticos há no nosso concelho? Não se sabe.

Há quinze técnicos de Ação Social no Município de Lamego, desconhece-se o papel destes técnicos.

Como representantes dos lamecenses, temos o dever de os respeitar e corresponder às suas aspirações. Saibamos auscultá-los e consciencializemo-nos que há muito por fazer, particularmente nas nossas freguesias.

Nascemos, vivemos e criamos família em Lamego. Orgulhemo-nos da sua História e não permitamos que a desfigurem.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção:
“Estamos, neste momento, na sessão da Assembleia Municipal, mas estamos sempre atentos aos acontecimentos políticos e, na minha opinião, o senhor Presidente da Câmara poderia ter feito, durante a sua intervenção, o anúncio da sua recandidatura a

um novo mandato, pois esta manhã foi anunciada, na conta do facebook da Rádio Douro Nacional, a recandidatura do Dr. Hugo Maravilha, ex-deputado da nação, à presidência da Comissão Política do PSD de Lamego, o qual, desde já, cumprimento democraticamente.

Acrescento que, no referido anúncio, foi dito, de forma inequívoca, que tal recandidatura tinha o apoio total do senhor Presidente da Câmara. São questões internas, sobre as quais não me quero pronunciar, mas deduzo que esta candidatura terá como desígnio maior promover a recandidatura do senhor Presidente da Câmara, e a ser verdade desde já também o felicito.

Mas o que realmente me traz aqui é uma questão sobre os processos judiciais, pois reparei que, relativamente ao ano de 2018, existe um processo que, segundo a informação escrita, ainda decorre e de todos os processos elencados, este é o único que não tem mandatário judicial, por parte do Município de Lamego, é o único.

E esse processo diz respeito a uma empresa que se chama MIT, Lda., cuja proprietária é uma senhora Manuela Couto, esposa de um ex-autarca do Partido Socialista, da Câmara Municipal de São Tirso. Este assunto já foi alvo de discussão nesta mesma Assembleia Municipal, porque este processo foi instaurado contra o município, tendo por base a publicação de um livro, que nunca viu a luz do dia, que nunca ninguém percebeu propriamente que livro seria. Mas, segundo a informação disponibilizada, a referida empresa pede ao Município cerca de 62 mil euros pela dita publicação. Muitos que aqui estão devem, certamente, lembrar-se deste assunto que remonta a 2017.

Gostaria de saber se, de facto, não existe mandatário judicial neste processo e se, entretanto, já houve alguma decisão, ou se chegaram a algum acordo. Na prática, aquilo que pretendo saber é se foi feito algum pagamento, por acordo, de uma publicação que nunca existiu.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração: *“Relativamente à questão colocada pelo deputado Romeu Sequeira sobre a Resinorte, informo-o de que o Aterro Sanitário está cheio e está em fase de selagem.*

O aterro vai sendo selado à medida que vai sendo enchido, até porque tem que se evitar, o mais possível, a infiltração de águas pluviais, caso contrário origina lixiviados que custam a tratar e que são, obviamente, muito nocivos.

Em relação à obra de ampliação, a obra está, efetivamente, aprovada pela CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional e pela APA –Agência Portuguesa do Ambiente e está adjudicada, portanto, irá iniciar muito proximamente.

Relativamente a questão colocada pelo deputado Pedro Torres, confirmo que a Câmara Municipal está envolvida em vários processos judiciais, de natureza diversa. Sobre este processo concreto, que referiu, ele decorre de uma adjudicação que foi

feita à empresa MIT, Lda., para desenvolver um livro intitulado “Balanço de uma Década” ou “Uma Década que Mudou Lamego”.

O trabalho não foi concluído em 2017, a tempo de ser editado, porque coincidiu com o período de inibição entre a marcação das eleições e o ato eleitoral e, portanto, o livro foi concebido, mas não foi impresso.

Os trabalhos realizados, até então, foram pagos à data e o Executivo Municipal, que tomou posse em outubro de 2017, decidiu não concluir os trabalhos, ou seja, não editar o livro e rescindir o contrato com a empresa. É nesse contexto que surge o processo da MIT contra o município, alegando que os trabalhos que recebeu estavam cumpridos, tinham sido entregues e que o que poderia aceitar era não receber a parte que faltava do contrato.

Foi nesse sentido que foi feito o acordo, em tribunal, para encerrar o assunto, considerando concluídos os trabalhos que foram entregues e pagos e rescindido o contrato, relativamente aos trabalhos em falta, que era a edição do próprio livro, ou seja, a sua impressão gráfica.

Quem representou o município neste processo foi o Dr. Rafael Rodrigues, no âmbito do contrato de prestação de serviços que tem estabelecido com o município.

Por lapso não está referenciado, porque o anterior mandatário renunciou ao mandato e não se colocou a respetiva substituição. E esta é a informação sobre este processo.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: “Carecem de mais rigor as informações que são apresentadas à Assembleia Municipal, porque a informação não identifica o mandatário judicial, mas está explícito que o referido processo aguarda marcação de nova audiência.

Confesso que quando fiz a pergunta, já desconfiava que havia um acordo, portanto, não é correto e, nesse sentido, gostaria de pedir ao senhor Presidente da Câmara que este tipo de assuntos, bem como outros, fossem mais precisos, porque, de facto, a informação apresentada está errada, leva ao engano e isso é inadmissível.

Já agora, gostaríamos de saber qual foi o valor acordado.”

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção: “Antes de tecer comentários, relativamente às respostas do senhor Presidente da Câmara sobre a Resinorte, gostaria apenas, no seguimento da intervenção do membro Carlos Loureiro, de dizer que, no ano passado, foi realizada na Freguesia de Penude a primeira “Rota das Capelas”, e que concordo com o senhor Presidente da Câmara, quando refere que são dinâmicas importantes para as nossas comunidades. Relativamente à Resinorte, fiquei a saber que está em processo de selagem e agora compreendo porque é que, nas diversas vezes que passo na A24, sinto um odor estranho. Não é tão intenso como o do aterro de Vila Real, é verdade, mas, não pondo em causa o trabalho feito, por parte da Resinorte, no sentido de assegurar a qualidade

de tratamento dos resíduos, julgo que seja importante não vazar mais lixo nesse aterro, porque se ele já está esgotado, não se pode colocar mais lixo.

Por isso, pergunto se ainda continua a ser colocado lixo no aterro, mesmo estando esgotado, ou se já terminou? Isto porque, se for o caso, podemos ter uma situação semelhante à que acontece em Vila Real, que é a inalação de um odor intenso.

Mas tenho outra inquietação que é sobre o local, ou seja, a questão de ser uma ampliação em Bigorne. E por que não em Vila Real?

É um assunto sensível. Aliás, o próprio local é sensível, pois tal como o senhor Presidente referiu, devem ser acauteladas diversas situações, nomeadamente a morfologia do solo, as próprias linhas de água, a própria área disponível, ou seja, devemos acautelar alguns fatores importantes e que têm a ver com a proteção do meio ambiente, para que não haja, realmente, riscos de contaminação, não só da atmosfera, mas principalmente dos lençóis de água.

Há duas freguesias que podem sofrer consequências no futuro, por causa do declive, que são as Freguesias de Lazarim e de Lalim. Não sou especialista na área, mas por aquilo que percebi e daquilo que li, o que se faz, geralmente, é uma avaliação do impacto ambiental, para que se consiga demonstrar qual é, efetivamente, o melhor local, se é Vila Real ou se é Lamego.

Esse estudo foi feito? Tem que haver um suporte que diga que Lamego é o local escolhido.

Além disso, há aqui outra questão sensível, que não deve ser de fácil resolução, uma vez que o senhor Presidente faz parte do Conselho de Administração da Resinorte, porque, por um lado, temos o senhor Presidente a zelar por aquilo que devem ser os interesses do município, enquanto Presidente da Câmara, e por outro lado, e em algumas circunstâncias, o senhor Presidente tem de tomar decisões membro do Conselho da Administração. Não me parece fácil que consiga defender, no mesmo local, os interesses de uma empresa privada, e os interesses do município. Gostaria que nos explicasse de que forma que consegue balizar essas duas posições.

Além disso, a confirmar-se que, de facto, Lamego é o melhor local para se efetuar a ampliação, pergunto, que benefícios virão para Lamego?

Não podemos esquecer que, independentemente de tudo, há sempre riscos, por isso, tem que haver benefícios para o nosso município, e estamos a falar dos resíduos de todo o Douro norte.

Uma vez que o senhor Presidente já referiu que o projeto foi aprovado e adjudicado e, à semelhança do que já fizemos noutras áreas, proponho a criação de uma Comissão de Acompanhamento da Ampliação da Célula. Deixo o repto.

Deduzo que município deu à aprovação à ampliação do aterro, porque, como referiu, projeto já foi aprovado e adjudicado, e para tal, os técnicos do município tiveram que

dar um parecer favorável a esta ampliação. Nesse sentido, gostaria de saber o conteúdo do parecer. Aliás, o mesmo deveria vir à Assembleia Municipal, para termos conhecimento de todos os pormenores, que fizeram com que o projeto fosse aprovado e adjudicado.

Gostaria de obter as respostas referentes a estas questões, pois se alguma ficar por responder, venho aqui novamente.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração:
“Permita-me, senhor Presidente da Assembleia, que antes de responder ao deputado Romeu Sequeira, cumprimente dois antigos Presidentes de Junta de Vila Nova de Souto D’El Rei, o senhor António Gonçalinho e o senhor Carlos Silva, pois só agora me apercebi da sua presença. Tive o privilégio de trabalhar com ambos, com o senhor António Gonçalinho no meu primeiro mandato e com o senhor Carlos Silva, no mandato seguinte e também no atual mandato, na Câmara Municipal.

É bom sinal para esta freguesia saber que há pessoas dedicadas e disponíveis para servir a freguesia e o concelho e que estão aqui a demonstrar, precisamente, essa dedicação. Cumprimentos para ambos.

Não quero deixar passar a referência que o deputado Pedro Torres aqui fez sobre a candidatura do Dr. Hugo Maravilha à secção do PSD de Lamego. Muito obrigado por me informar. Quando estou na Assembleia Municipal só troco mensagens com os serviços do município, de modo que não sabia dessa notícia. Fico satisfeito, pois o Dr. Hugo Maravilha é o atual presidente da Comissão Política, foi com ele que preparei o processo autárquico que devolveu a Câmara Municipal à Coligação do PSD/CDS Somos Lamego. Tem naturalmente o meu apoio, fico satisfeito por ver a vida do Partido prosseguir e espero que a vida do projeto autárquico também, mas não lhe digo já se serei, ou não, candidato.

Relativamente à questão da Resinorte, queria dizer ao deputado Romeu de Sequeira uma coisa muito simples: demagogia não, não vale a pena.

Eu sei que quando o Partido Socialista decidiu a instalação deste Aterro Sanitário em Bigorne, provavelmente o deputado Romeu Sequeira ainda andava na JSD, portanto ainda estava do lado certo. Entretanto, agora tem de assumir tudo, tem de assumir o que está a ser decidido hoje e o que foi decidido naquela altura.

Foi um Executivo Municipal Socialista e um Governo Socialista que decidiu que seria feito um Aterro Sanitário em Bigorne, outro em Nogueira, outro em Boticas. Uma rede que, na altura, foi efetivamente um investimento indispensável para ultrapassar o problema das lixeiras a céu aberto que existiam, mas hoje criaram ónus, não digo que eternos ou permanentes, mas seguramente, muito prolongados no tempo.

Foi também um Executivo Socialista que definiu o Plano Nacional de Gestão de Resíduos, que neste momento está em vigor, e que aprovou os planos de

investimento da Resinorte que são planos plurianuais, que acompanham os planos nacionais de resíduos.

Portanto, a ampliação do Aterro Sanitário de Bigorne é apenas para o Douro Sul, só em situação de emergência irá receber resíduos de outras proveniências.

A ampliação do Aterro Sanitário está prevista desde o início, ou seja, quando o Partido Socialista comprometeu, Bigorne e o Município de Lamego, com um Aterro Sanitário comprometeu não apenas para a duração de vida da célula que foi feita, mas para a célula e para as suas ampliações.

E também foi um Governo Socialista que decidiu que a aprovação dos Aterros Sanitários é feita apenas pelas autoridades ambientais, CCDR e APA, e o município apenas dá um parecer não vinculativo, que deu, apesar de ser favorável e que está ao dispor dos senhores deputados municipais, como é evidente.

Portanto, em relação a esta situação, estamos plenamente tranquilos. Pessoalmente, estou tranquilíssimo. Porquê? Porque a representação do Município de Lamego no Conselho de Administração da Resinorte é uma representação do município. Estou lá para defender os interesses do Município de Lamego e só defendidos os interesses do município, é que defendo os interesses da Resinorte.

Quando eles forem conflituantes, defenderei sempre os interesses do município contra os interesses da Resinorte, o que de resto já fiz múltiplas vezes, nomeadamente na definição de tarifas, políticas tarifárias ou de outros investimentos.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: “Quero apenas dizer que fiz um conjunto de questões ao senhor Presidente da Câmara sobre um determinado processo judicial. Repito que a informação está errada e incompleta e, como tal, gostaria apenas de obter um esclarecimento, principalmente em relação ao valor do acordo entre o Município de Lamego e a empresa MIT, Lda..”

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, não tenho qualquer problema em ter feito parte da JSD. Aliás, o senhor faz parte do PSD, mas também já saiu do PSD, voltou ao PSD, anda aqui nesta dicotomia. Que é exatamente assim.

Aliás, como falaram há pouco, o próprio Presidente do PSD foi o Presidente da JS. Há bons quadros em todos os partidos e só não mudam os “burros”, como diz o ditado. Certo?

Em relação à sua resposta à minha pergunta, tenho que lhe dizer que foi um vazio de nada, porque eu falei em benefícios. Que benefícios vêm para Lamego? O senhor Presidente realmente é muito eloquente nos seus comentários, quase que acreditava, mas não sei quais são os factos.

Porque quando falei da questão de receber apenas os resíduos do Douro Sul, essa também era a missão daquilo que temos atualmente. O problema é que as regiões

envolventes não tiveram a capacidade de receber esses resíduos e tivemos que ser nós a levar com lixo, que é mesmo aquilo que se deve dizer, das outras regiões. Quem me diz que isso não volta a acontecer? Não há garantias. Pode vender isso da forma como quiser, mas aconteceu e provavelmente pode voltar a acontecer. Por isso, vou reforçar aquilo que disse, para que fique bem vincado. Na minha perspetiva, e na do Partido Socialista, se de facto se comprovar que deve ser Lamego a ter ampliamto da célula, devem haver benefícios e devem também existir condições para perceber qual é o impacto ambiental na região envolvente. Que isto fique bem frisado.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração: *“Parece que o deputado Romeu Sequeira não percebeu o que lhe disse. As questões ambientais são da responsabilidade da CCDR e da Agência Portuguesa de Ambiente. Não são do Município de Lamego. O Município de Lamego não pode dizer sim ou não ao aterro, pode só dar um parecer não vinculativo.*

Mesmo que esse parecer fosse negativo, que não foi, a situação seria exatamente a mesma. Quanto às contrapartidas, pode visitar alguns aterros sanitários onde houve contrapartidas. Não foi o caso de Lamego, pois quando o aterro sanitário foi construído, não havia contrapartidas. E hoje, as contrapartidas dadas pelas concessionárias aos municípios têm de ser aprovadas pelo Governo.

O anterior Governo terá aprovado, não disponho, ainda, de informação concreta, um apoio ao Município de Celorico de Basto pela ampliação do aterro, de 800 mil euros, que tinha sido decidido há uns sete ou oito anos, não tenho bem presente.

Portanto, não vale a pena entrar em processos complexos de compensação de negociação. Lamego e Bigorne não estão à venda. Não vamos aceitar um aterro sanitário, não vamos aceitar um ónus só porque nos dão dinheiro. Nós queremos que o investimento, que é necessário para fazer a recolha de resíduos dos concelhos do Douro Sul, e supletivamente, se for necessário, alguns do Douro-Norte, possa ser feito naquele local, porque tem condições para ser feito, porque não tem impacto significativo, de preferência entre a selagem do aterro atual e a abertura da nova célula que é mais pequena. O impacto ambiental será até menor.

Trabalhamos com factos, trabalhamos com princípios, não andamos atrás do dinheiro para vender aquilo que é o interesse do município, cedendo ao interesse da Resinorte. É evidente que a nossa primeira preocupação é que, na construção da ampliação do aterro sanitário e da nova célula, sejam cumpridos todos os requisitos ambientais, e que isso também se traduza numa melhoria, primeiro, do sistema de gestão e exploração do aterro, segundo, na empregabilidade das pessoas que trabalham, por exemplo, nas outras áreas de atividade, como na separação dos resíduos valorizáveis, bem como na beneficiação das instalações que está a ser feita, das instalações

técnicas para o pessoal, dos balneários, das instalações administrativas, que seja repostas a rede de acessos que vai ser prejudicada com a construção em torno do aterro sanitário e que liga a Britiande a Anta e a Lazarim.

Portanto há aqui um conjunto de requisitos, não lhe quero chamar contrapartidas, porque são obrigações de quem faz o investimento e seria sempre obrigação nossa exigí-las, mas exigí-las, não necessariamente nesse jogo do aceitamos o aterro, dá-nos cá esta contrapartida, mas de dizer a ampliação do aterro para ser bem feita tem que cumprir todos esses requisitos, e isso está tudo assegurado.

Relativamente à questão colocada pelo deputado Pedro Torres, não me tinha esquecido, tinha só pedido para irem buscar o famoso livro, claro que só existe este, se não foi impresso só existe um modelo.

O objeto da discórdia prende-se com esta questão: pagar o trabalho que foi feito para chegar aqui, ou seja, toda a parte de texto e de conceção gráfica do livro, mas depois não imprimir os dois ou três mil ou dez mil exemplares, o que fosse, que estava previsto ser feito.

O que foi acordado foi muito simples, o trabalho que foi pago corresponde à conceção deste documento e foi pago em 2017, o que não foi pago, que era a impressão deste livro, que nunca foi impresso, provavelmente vamos imprimi-lo para a semana ou daqui a um mês, isso não deveria ser pago, ou seja, a empresa aceitou não receber pelo trabalho que não fez.

Portanto não houve qualquer acordo financeiro, neste acordo desistência da ação, que foi celebrado há cerca de um mês e que, por lapso, não foi transferido para a lista dos processos que são sempre apresentados à Assembleia Municipal.

Penso que agora ficou esclarecido. A capa deste livro reporta a um evento muito importante que ocorreu na nossa cidade, o 10 de junho, temos que nos posicionar em 2016-2017, portanto hoje está um pouco fora de contexto.

Estou a pensar, acrescentar na minha nota introdutória, uma pequena justificação a dizer que o livro não foi impresso por questões procedimentais e legais, e que vai sê-lo agora, ainda que fora de prazo.

Entendo que é um bom testemunho, uma prestação de contas, que eu sempre devi aos lamecenses, apesar de procurar fazê-la sempre que me dirijo a eles, seja nas reuniões de Câmara, nas sessões da Assembleia Municipal, nas sessões públicas que vamos tendo ao longo do tempo, em todo o concelho.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dar uma nota sobre a condução dos trabalhos.

Informou que esteve a conferenciar com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D`El Rei, o qual lhe deu a indicação de que seria preferível

tentar concluir a ordem de trabalhos da Assembleia Municipal, ainda da parte da manhã, mesmo que tenha de se prolongar o horário do almoço.

Disse, ainda, que se todos concordarem, manterão esse objetivo, que é tentar fazer cumprir a ordem do dia sem interrupções.

3.2.-ASSUNTO: MINUTA DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE LAMEGO PARA A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DA ZONA DE LAZER DO BAIRRO DA PONTE

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Lamego, para a manutenção e conservação dos espaços verdes e equipamentos da Zona de Lazer do Bairro da Ponte, nos termos e fundamentos expressos na informação n.º 1719, de 19/03/2024, devendo este assunto ser remetido à Assembleia Municipal para deliberação.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para introduzir o assunto, tecendo os seguintes esclarecimentos:

“Trata-se de um protocolo que estabelece as condições em que a Junta de Freguesia de Lamego irá participar, com o município, na gestão e manutenção do novo espaço de lazer do Bairro da Ponte.

O Parque de Lazer do Bairro da Ponte é um equipamento localizado e direcionado para a população do bairro, mas sabemos que é também um espaço procurado por pessoas que vêm de todo lado, da cidade e do concelho, no período do verão.

Manter aquele espaço vai exigir algum esforço de permanência. A alternativa seria juntá-lo ao contrato de gestão dos espaços verdes da cidade, mas que foi assinado há pouco tempo e, portanto, colocar-nos-ia questões burocráticas.

O acordo com a Junta de Freguesia de Lamego que, de bom grado, aceitou este desafio, permite-nos ultrapassar essa situação e garantir que aquele espaço, que está muito bonito, será muito útil para o bairro. Esperamos que possa ser também uma alavanca para projetos de desenvolvimento e reabilitação do Bairro da Ponte, e que se possa manter em ótimas condições de utilização.

Aproveito para agradecer ao senhor Presidente da Junta de Lamego esta disponibilidade.”

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção:
“Votarei favoravelmente, embora fique atento à efetiva manutenção. Infelizmente o que temos visto não condiz ao que agora pretende fazer.

Existem várias infraestruturas, como é o caso do Centro Multiusos de Lamego, que depois de concluídos ficam ao abandono.

Continua a olhos vistos, aqui perto, um desastre ambiental com entulhos do município, não recebi resposta ao meu requerimento sobre o assunto em epígrafe.”

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e três membros presentes na sala.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para sugerir, à semelhança do que tem vindo a acontecer em Assembleias anteriores, que o ponto 3.3 e 3.4 sejam apresentados em conjunto e votados separadamente.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** para introduzir os referidos pontos, tecendo os seguintes esclarecimentos:

“Estamos praticamente a concluir a ronda de celebração de protocolos de colaboração técnica e financeira com as freguesias do concelho.

Neste caso concreto iremos celebrar protocolos com as freguesias de Sande e de Parada do Bispo e Valdigem, ficam a faltar as freguesias da Penajóia e de Cambres. Gostaria que, até ao final deste mandato, fosse possível fazer uma segunda ronda de protocolos. Previmos, para este ano, mais de 300 mil euros para este efeito.

Temos muitas obras já em curso. Algumas Juntas de Freguesia já concluíram os trabalhos e estariam em condições de apresentar novas propostas.

Volto a dizer que levamos muito a sério a colaboração com as Juntas de Freguesia, a resolução dos problemas de proximidade que as juntas nos trazem e que esta é uma boa forma de o fazer.

Chamo, no entanto, a atenção das Juntas de Freguesia e peço desculpa ser neste ponto, não é dirigido a estas duas freguesias em particular, mas sim a todas, para a necessidade de dar cumprimento aos protocolos de transferência de competências, nomeadamente às questões da limpeza urbana, da limpeza de bermas e valetas, pois, muitas vezes, as Juntas de Freguesia estão a falhar com o compromisso, e não raras vezes ocorrem problemas graves, quando há chuvas intensas e inundações, problemas em muros de contenção das estradas e caminhos municipais, que obrigam à intervenção dos serviços municipais.

Fazer obra nova, ou beneficiar os espaços existentes é importante, mas manter, no dia a dia, aquilo que temos ao serviço da população é igualmente importante. Fica o apelo.

Por um lado, fazermos uma nova ronda de protocolos entre este ano e o próximo ano, o último do mandato, executar os protocolos que estão assinados e manter condignamente, honrar, eu diria assim, a transferência de competências que foi feita do município para as freguesias.”

3.3.-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Sande, para a execução das obras de alargamento da Rua do Rio, com vista a melhorar as acessibilidades e as condições de segurança da circulação de pessoas e de veículos, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução, devendo este assunto ser remetido à Assembleia Municipal para deliberação.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e três membros presentes na sala.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.

3.4.-ASSUNTO: MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A UNIÃO DE FREGUESIAS DE PARADA DO BISPO E VALDIGEM

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que, ao abrigo do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovado o Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira a celebrar com a a União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, para a execução das obras de requalificação do Largo das Eiras, em Valdigem, com vista a melhorar as condições de utilização deste espaço público, considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução, devendo este assunto ser remetido à Assembleia Municipal para deliberação.

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e três membros presentes na sala.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para sugerir, que os pontos 3.5, 3.6 e 3.7 em conjunto, dado que se trata de alteração de Regulamentos Municipais, mas serão votados separadamente.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para introduzir os assuntos, tecendo o seguinte esclarecimento:

“Estamos a procurar atualizar os Regulamentos Municipais, relativamente aos diversos equipamentos e serviços do município e também os Regulamentos que afetam as taxas que são cobradas por esses serviços e os preços dos diversos bens e serviços, que são disponibilizados pelo município aos seus munícipes.

Trata-se, portanto, de atualizar os Regulamentos àquilo que são novas regras de funcionamento, que são alterações legislativas, em alguns casos, e por outro lado

atualizar as taxas cobradas por esses serviços, àquilo que é também um aumento significativo dos custos, desde o custo de mão de obra, que é o essencial que o município usa na prestação de serviços diretos aos munícipes.

Nesse sentido, fico à disposição dos senhores membros da Assembleia Municipal para qualquer questão ou esclarecimento sobre as propostas concretas que são apresentadas.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção:
“Embora a discussão destes pontos seja em conjunto, há questões que são distintas. Em relação ao ponto 3.5, estranho que a discussão deste Regulamento só venha agora, depois de ter sido concessionado, ou de estar em fase final o processo de concessão do estacionamento para uma entidade privada. Isto é quase como começar uma casa pelo telhado.

Primeiro, concessionamos e agora vamos mudar as regras de jogo, a bom prazer de quem concorreu ao procedimento. No mínimo, isto é surreal.

Há também neste regulamento algo que nos distancia, e não temos nenhum preconceito ideológico da concessão de serviço. Mas há aqui uma realidade que as pessoas deviam saber, pois o estacionamento e a forma como o andamos a monitorizar, durante vários anos, que era a possibilidade de haver rotatividade, tinha, acima de tudo, em causa, a possibilidade de haver rotatividade dos veículos, nas chamadas zonas comerciais, para permitir, de facto, uma melhor afluência das pessoas às referidas zonas. E esse sempre foi o pressuposto, quer seja em Lamego, quer seja noutros locais.

O que iremos verificar, na prática é o seguinte, vamos alargar a zona de estacionamento pago em relação àquilo que nós temos atualmente.

Eu bem sei que podem argumentar que, em relação às contraordenações, vai ser menos dispendioso. Pois, mas isso é um princípio que não é sequer defensável. O ideal é que as pessoas não tenham contraordenações. Não faz sentido utilizar isso como argumento.

Sinceramente também não me parece que perdermos um conjunto significativo de zonas de estacionamento gratuito, seja uma mais-valia.

Mas, acima de tudo, a crítica mais preponderante é que, de facto, o Regulamento aparece depois de ser lançado o procedimento do estacionamento, que, diga-se passagem, já deu várias voltas e já veio várias vezes à Assembleia Municipal.

Esperemos, senhor Presidente da Câmara, que o procedimento esteja a correr como deve ser e que todos os passos tenham sido dados corretamente, que não seja utilizada, de forma abusiva, a figura da ratificação para decisões que são da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal, sob pena de se poder vir a colocar o próprio procedimento em causa.

Aliás, este processo já foi tentado uma vez e corre, atualmente, um processo em tribunal, interposto por uma das entidades concorrentes pois, na parte final, acabou por não lhe ser concessionado o estacionamento. Está a requerer mais de dois milhões de euros ao Município de Lamego.

Relativamente aos outros dois pontos, não carecem de discussão e terão a nossa concordância. Em relação ao ponto 3.5 merece a nossa total discórdia e votaremos contra.”

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: *“Em relação ao ponto 3.5, ficamos sem saber as alterações. Esta alteração tem o quê?*

O ponto 3.7, esta e outras alterações deviam ter sido feitas no início do ano e todas numa só sessão, andamos aqui a brincar, é o que sinceramente que faz parecer.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração: *“Quero esclarecer o senhor deputado Pedro Torres que a alteração ao Regulamento foi preparada pelos serviços municipais, sem qualquer intervenção de nenhum dos concorrentes. O processo ainda não foi adjudicado, e é nossa intenção que, quando o processo de concurso for adjudicado para a construção do estacionamento de superfície, o Regulamento esteja adaptado a essa circunstância.*

Relativamente ao alargamento das zonas pagas, já o discutimos também na última sessão da Assembleia Municipal, trata-se apenas de alargar os parques de estacionamento de Almacave e ao do Posto de Turismo, fechando a zona central da cidade e obrigando, de facto, a uma maior rotação. Qualquer um desses sítios tem, do outro lado da rua, estacionamento livre que as pessoas podem continuar a utilizar.

Relativamente aos objetivos da concessão do estacionamento de superfície a privados, tem a ver com a modernização dos equipamentos, dos sistemas de controlo do estacionamento, da fiscalização, de todas as condições que transformam efetivamente o estacionamento de superfície na zona central das cidades, como estacionamento aberto a todos os utilizadores, que potencia o acesso ao comércio e aos serviços ali instalados.

Quanto à forma como o concurso está a decorrer e à utilização, nomeadamente, da figura da ratificação de despacho, irei utilizá-la sempre que tal se justificar, tal como tenho feito até agora, em respeito pela lei e em resposta às urgências imperiosas que, em cada momento se colocarem. Todos os procedimentos respeitam a lei.

Relativamente ao processo interposto contra o município, as entidades são livres de o fazer e o município tem a obrigação de se defender, que é o que está a acontecer, confiantes de que cumprimos a lei e que sairemos vitoriosos neste processo.

O concurso virá à próxima Assembleia Municipal, ou eventualmente a uma sessão extraordinária, que poderá ser marcada por causa de assuntos muito relevantes, que estão neste momento em processo de preparação.

Portanto, senhores deputados municipais, esta alteração regulamentar é necessária para ajustar a gestão do estacionamento de superfície àquilo que é a realidade atual e as necessidades dos municípios.”

3.5.-ASSUNTO: PROJETOS DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA, E DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAMEGO, NO ÂMBITO DO ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Câmara que aprove a redação final do Projeto de Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, e o envio para deliberação da Assembleia Municipal, de modo a que o articulado normativo se converta em regulamento considerando que tendo decorrido a consulta pública nos termos do artigo 101º do CPA, e não tendo sido recebidas sugestões dirigidas ao órgão com competência regulamentar no prazo de 30 dias após a publicitação (artigo 101º, n.º 2 do CPA).

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e três membros presentes na sala.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, com oito votos contra e uma abstenção.

3.6.-ASSUNTO: PROJETOS DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO PARQUE BIOLÓGICO DA SERRA DAS MEADAS, E DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAMEGO

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Câmara Municipal que aprove a redação final dos Projetos de Regulamento do Parque Biológico da Serra das Meadas e do Regulamento Geral de Taxas e Licenças do Município de Lamego e o envio para deliberação da Assembleia Municipal, de modo a que o articulado normativo se converta em regulamento, considerando que tendo decorrido a consulta pública nos termos do artigo 101º do C.P.A., e não tendo sido recebidas sugestões dirigidas ao órgão com competência regulamentar no prazo de 30 dias após a publicitação (artigo 101º, n.º 2 do C.P.A.).

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.

3.7.-ASSUNTO: ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAMEGO, NO ÂMBITO DA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que refere que tendo em conta a transferência de competências para os municípios, no âmbito do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios, conforme disposto no artigo 26º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, com as inerentes

taxas que carecem de ser criadas, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 29º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro e, nos termos do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 3 de janeiro, na sua atual redação, que aprova o Código do Procedimento Administrativo, e, findos os prazos da consulta pública para recolha de sugestões, após sua publicação na 2ª série do Diário da República, Regulamento n.º 252/2024, de 05 de março, de acordo com o artigo 101º, do referido Decreto-Lei, informa-se que não foram constituídos interessados no presente procedimento.

Assim, propõe à Câmara Municipal que delibere aprovar a proposta de alteração ao Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lamego, a fim de ser apreciado pela Assembleia Municipal.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.

3.8.-ASSUNTO: CONTA DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DE 2023 – PRESTAÇÃO DE CONTAS

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:

“No seguimento da informação n.º 1980/2024 do Chefe da Divisão de Finanças e Património, e em conformidade com o disposto na alínea i) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram elaborados os documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2023, perspetivando o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da mencionada lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central.

Assim, desta forma propõe-se:

- a) A aprovação dos documentos de prestação de contas de 2023, por parte do executivo, conforme o disposto da alínea i) do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;*
- b) A aprovação da proposta de aplicação de resultados, que faz parte integrante do relatório de gestão;*
- c) Remeter a prestação de Contas de 2023 ao Tribunal de Contas, até 30 de abril, por forma a ser acautelado o prazo previsto na Resolução do Tribunal de Contas n.º 2/2021;*
- d) Nos termos da alínea l) do n.º 2, do artigo 27.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estes documentos sejam apreciados e votados pela Assembleia Municipal;*
- e) Publicitar no sítio da internet do município, após apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento do artigo 79.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.”*

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para introduzir o assunto, tecendo os seguintes esclarecimentos: *“A Conta de Gerência inclui duas componentes. Uma*

componente relativa às contas propriamente ditas, a prestação de contas que trazemos à Assembleia Municipal, e um relatório, onde constam as atividades que foram desenvolvidas ao longo do ano 2023.

Começo por salientar os excelentes resultados financeiros que conseguimos manter no ano 2023. Apesar de se notar um esforço de investimento muito grande, não apenas ao nível dos investimentos diretos que foram realizados, mas também nos custos indiretos que ocorreram, nomeadamente, as revisões de preços, que aqui foram referidas, mas também de um conjunto de obras que não usufruíram de fundos comunitários, nomeadamente, obras em instalações municipais e pavimentação de estradas e os protocolos celebrados com as Juntas de Freguesia.

Em termos de resultados, tivemos 87,9% de execução orçamental na cobrança da receita e 81,7% na despesa. A receita total aumentou 5,3 milhões em relação a 2022, o que significa 17% de aumento.

A receita total foi de 37 milhões de euros e a despesa paga teve também um aumento de 5 milhões de euros, cerca de 15% para 34 milhões de euros.

O prazo médio de pagamento a fornecedores e empreiteiros, no ano de 2023, foi de 24 dias, portanto estamos a pagar a menos de um mês.

A dívida bancária é de 22 milhões de euros e a margem disponível da capacidade de endividamento, que é apenas neste momento limitada por lei a 40% da margem total, é de 5,7 milhões de euros, ou seja, o município pode ainda endividar-se em mais 5,7 milhões de euros, se eventualmente necessitar desse dinheiro para realizar projetos não cofinanciados com fundos comunitários.

Os projetos cofinanciados por fundos comunitários, nomeadamente com empréstimos do Banco Europeu de Investimento, estão isentos do limite de endividamento.

O ativo do município é de 131 milhões e o passivo de 35 milhões, portanto, o património líquido do município ascende a 96 milhões de euros.

O saldo de gerência de 2023, transferido para 2024, e que será integrado no orçamento 2024, no ponto seguinte, foi de 2.622.294 euros, ou seja, temos o prazer de poder anunciar aos senhores deputados municipais e a todos os lamecenses que este é o resultado da gestão financeira que temos levado a efeito e que é muito positivo.

O investimento teve um aumento de 2,5 milhões de euros, em relação a 2022 e somou 10,6 milhões de euros, o que representa 31% da despesa total que foi paga.

Isto significa que a percentagem do investimento sobre a despesa total desceu, mas desceu também, porque a despesa total aumentou com a transferência de competências do Governo para o município, que é essencialmente despesa corrente, pagamento de salários e manutenção de instalações.

Neste período, em 2023, foram concluídos o Parque Urbano, a Passagem Desnivelada do Escadório da Nossa Senhora dos Remédios, o Parque de Lazer do

Bairro da Ponte e estão ainda em obra a Requalificação do Espaço Público do Bairro de Nazes e a Reabilitação de um edifício para a Residência de Estudantes do ensino superior, entre muitas outras obras de pequena dimensão, que decorrerem um pouco por todo o concelho.

Foram desenvolvidas pelo município, em parceria com a sociedade civil, nomeadamente os clubes, coletividades, as freguesias, as instituições da igreja, um conjunto de iniciativas, quer materiais quer imateriais, que demonstram, efetivamente, a existência de um município fortemente dinâmico.

Planeamos rigorosamente o uso de recursos, que sabemos que é escasso, quer em termos financeiros, quer em termos de recursos humanos do município.

Deixo uma palavra de apreço aos funcionários municipais pelo seu trabalho, pela sua dedicação, pelo seu profissionalismo, apelando para que possam fazer melhor, em seu benefício próprio das suas carreiras, com mais formação, com mais desenvolvimento pessoal, mas também em prol do município e do trabalho que é prestado junto dos munícipes, porque o nosso foco essencial é sempre o bem-estar e a qualidade de vida dos lamecenses.

Quero dizer também que a solidez das finanças municipais, que aqui referi, não é um objetivo em si, ou seja, não estamos aqui para apresentar contas certas, estamos aqui para fazer a gestão do município, levando a cabo as obras, os projetos e as iniciativas que são necessárias para responder às necessidades dos lamecenses.

O rigor que pomos na gestão das finanças municipais é apenas um instrumento para termos capacidade financeira para alavancar o que aí vem, que são mais de 50 milhões de euros, já candidatados ao PRR, todos os projetos que vamos candidatar ao Portugal 2030 e também garantir a todos os lamecenses, nomeadamente aos empresários do concelho, vejo também que há alguns que cumprimento, que as finanças do município têm condições para responder aos projetos, aos planos, aos compromissos que assumimos e dar-lhe também essa confiança.

Por isso, senhores deputados municipais, proponho que a Conta de Gerência do município seja aprovada, dado que nada nos preocupa nestas contas e arrisco dizer que é elogioso o trabalho que aqui está reportado por todas as Divisões Municipais, relativamente à atividade desenvolvida em 2023.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para proferir a seguinte intervenção: “O documento que aqui está é o encerrar de um documento político, que tem a ver com o Orçamento e as Grandes Opções do Plano. Findo do ano de 2023, temos parte da contabilização daquilo que foi, um documento aqui sufragado, que é nada mais é do que a aceitação, ou não, dessas mesmas opções e desse mesmo plano, que foi apresentado.

O Partido Socialista, e seu grupo de eleitos, não o acompanhou e votou contra.

Independentemente de, a nível político, esse acompanhamento ser praticamente impossível, com visões também distintas, há aqui alguns reparos que gostaria de salientar.

O senhor Presidente da Câmara, de forma habilidosa, enunciou apenas a parte da execução que interessava, que foi a parte alta das execuções. Mas vamos fazer comparações.

Se queremos falar daquilo que é uma boa execução orçamental, podemos dizer que sobre as contas, e daquilo que foi a nossa análise, não se põe em causa os valores apresentados.

Aliás, todos os anos, gosto de fazer referência que os valores que aqui estão, espalham aquilo que é a realidade. Mas vamos ser factuais. A execução foi de 78%.

Tanto se critica o anterior mandato, mas uma coisa é certa, chegou a ter execuções de mais de 90%. Portanto, há um desfase entre aquilo que eram previsão daquilo que é a realidade da execução.

Saliento também um ponto que vem referido no relatório do Revisor Oficial de Contas, pois durante uns tempos, não houve qualquer referência a um capítulo intitulado Anotações, no ponto 3, certamente de todos viram o relatório. E diz o seguinte: “Aquando da internalização da empresa Lamego Renova S.A., não foi pedido o visto prévio ao Tribunal de Contas, para o procedimento de internalização, em virtude do passivo bancário transmitido.” Gostaria apenas de lembrar que isto vem novamente referenciado, porque como todos sabemos, saiu no relatório do Tribunal de Contas, no qual estão também expressas algumas indicações, bem como um conjunto de procedimentos que, no ponto de vista do Tribunal de Contas, é certo que ainda não transitou em julgado, são incorreções e ilegalidades.

Temos conhecimento desse relatório desde pelo menos outubro, corrijam-me se estiver errado, do ano anterior. Significa que os pagamentos, que foram feitos à Caixa Geral de Depósitos, no que diz respeito ao pagamento das prestações do Pavilhão Multiusos, e não me refiro a 2024, estamos a falar das contas de 2023, pelo menos de novembro e dezembro, podem estar a incorrer, já depois de alertado o Estado e o Tribunal, em ilegalidade. Veremos o que é isto vai dar, bem sei que me vão responder que isto pode não dar em nada. Será que não? O caminho não indica isso.

Mas daqui a um ano, iremos discutir as Contas de Gerência de 2024, e já será um ano completo, de pagamentos à Caixa Geral Depósitos, relativamente ao pagamento das prestações do Pavilhão Multiusos.

Para concluir, aquilo que são as nossas opções, não se traduzem naquilo que é este exercício, e por este conjunto de circunstâncias, nem que fosse só pela última que eu enunciei, iremos votar contra.”

Tomou a palavra o membro **Domingos Nascimento** para proferir a seguinte intervenção: *“Estamos, neste ponto, a prestar contas. E prestar contas não é falar só de números. Estamos a falar dos impactos das atividades que foram desenvolvidas, dos investimentos que foram concretizados e do seu custo na vida das pessoas.*

Tenho que salientar que o relatório está muitíssimo bem elaborado, é muito claro, o que facilita bastante a sua análise.

O Capítulo 1, refere a organização e os recursos humanos e o Capítulo 2 faz o reporting financeiro. Quando falamos em reporting financeiro, estamos a falar na recolha da informação, na análise da informação e na apresentação da informação financeira e essa informação está apresentada de uma forma muito clara.

Relativamente ao Capítulo 3, fala sobre as atividades, o que nos permite complementar e olhar para este documento com uma maior abrangência.

Nesse sentido, lanço um desafio a todos os senhores deputados para que comecem a olhar para estes documentos de uma forma mais sustentada, e que se associem ao reforço da importância destes documentos, porque o que está em causa não são pequenas nuances que nos afastam, são fundamentalmente as questões estruturantes que nos aproximam.

Este hábito de votar contra, por votar, não é bom para a democracia local, porque a democracia local deve habituar-se a unir esforços.

Aproveito para falar da forma de comunicação destes documentos.

Os municípios, por norma, comunicam os eventos, no âmbito dos seus serviços, procurando também comunicar para induzir comportamentos aos cidadãos. Comunicam também na perspetiva da estrutura normativa, por forma a criar um clima de conformidade pública, e aquilo que se preconiza para o futuro é que a comunicação, no âmbito da prestação de contas, seja mais simples e entendível pelas pessoas comuns, pelas pessoas que não trabalham os documentos contabilísticos de uma forma profissional.

Por isso, embora informação constante neste documento seja bastante clara, não seria má ideia que caminhássemos para o que tecnicamente se chama de reporting, permitindo uma cidadania mais consciente, aumentando a transparência e a responsabilidade.

Quanto às contas, mais importante do que falar dos números, e o senhor Presidente já explicou de forma muito clara os grandes números deste documento, é importante que saibamos para quem contam as contas, e as contas contam fundamentalmente para as pessoas, para os cerca de 450 colaboradores do município. O emprego público é muito importante para o desenvolvimento das comunidades, é na Divisão da Educação Juventude e Desporto que estão onde o maior número de colaboradores e também na Divisão de Sustentabilidade e serviços Urbanos.

Quero com isto dizer que as contas, contam para uma função social extraordinariamente importante, que é o emprego, felizmente e gradualmente, emprego cada vez mais qualificado. Mas contam também, as contas, para os milhares estudantes, crianças e jovens e para os seus pais, que os usufruem de todo o apoio que é dado e das excelentes condições que são dadas aos nossos estudantes, sejam eles crianças ou jovens.

As contas também contam para as pessoas que são impactadas pelos apoios sociais que o município disponibiliza, as contas também contam para as empresas e empresários, pela qualidade das infraestruturas públicas e pela dinamização e valorização do território, e as contas contam, também, para a qualidade de vida de uma forma geral, pela qualidade dos bens e dos serviços prestados pelo município nos diversos âmbitos, desde a água, ao saneamento, à saúde, etc.

O que pretendo dizer é que tenhamos um olhar diferente sobre este documento, que não seja um “bicho de sete cabeças”, porque aquilo que está explanado é extraordinariamente simples e deve ser apresentado de uma forma simples. O senhor Presidente da Câmara já nos fez esse favor, de apresentar claramente os números mais relevantes.

Há uns tempos, nomeadamente no início do mandato do Partido Socialista fez-se uma grande referência à suposta dívida, confundindo dívida com passivo. O passivo tem uma componente contabilística, a dívida é aquilo que, efetivamente, se deve, neste caso, aos bancos. E a dívida, conforme o senhor Presidente da Câmara já referiu, ronda os 22 milhões de euros.

Em relação à receita, é perceptível que a receita própria começa a ter um peso cada vez mais significativo no município, há, digamos, uma otimização da receita, e há também uma contenção, relativamente à despesa corrente, permitindo olhar as contas de uma forma positiva, otimista, e dando espaço para olharmos o futuro com otimismo, permitindo também que novos investimentos aconteçam no município.

O que se percebe também das contas é que há um plano, há uma estratégia, há uma visão para o futuro. Continuando assim, depois do interregno de quatro anos, teremos, certamente, uma cidade e um concelho cada vez mais consistente, estruturado e liderante.

Conforme disse na minha intervenção anterior, temos uma centralidade que nos deve orgulhar cada vez mais.”

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos** para proferir a seguinte intervenção: *“Isto é um documento muito extenso e complexo, para discutir num par de horas. Iremos votar contra.”*

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção: *“Relativamente a este documento em apreço, concordo que está muito bem*

organizado. Certamente que as contas também estarão muito bem calculadas, mas há aqui um conjunto de indícios que o meu colega e deputado, Pedro Torres, referenciou.

Refiro-me à redução da taxa de execução, que é uma realidade, aliás, as receitas aumentaram, porque os impostos também aumentaram. Na nossa perspetiva, o município poderia ir mais longe, naquilo que poderiam ser as reduções das cargas fiscais sobre os lamecenses, e inclusive sobre as taxas. Nessa vertente, sou da opinião de que o município poderia ir mais além.

Além disso, há outra questão, que o meu colega Pedro Torres também referiu, e que tem a ver com as anotações do próprio editor. Ou seja, é importante apurar realmente, o que é que está a ser pago legalmente, ou não.

Sobre a questão das infraestruturas, naquilo que são as obras estruturantes, e o que é certo é que as obras relacionadas com o PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, deviam ter sido concluídas em 2022 e ainda estão a decorrer, neste momento.

Além disso, não posso deixar de frisar que, aquilo que é o resultado daqueles pagamentos que o auditor toca, e que têm a ver, neste caso, com a construção do Pavilhão Multiusos de Lamego, estamos a falar de mais 11 anos e estamos a falar de mais 10 milhões de euros, que este município tem de pagar.

É bom que os lamecenses saibam que isso significa limitação de investimento para o nosso município. Imaginem o que poderia ser transformado em Lamego com os 10 milhões de euros que ainda faltam pagar. Dou um exemplo, com esse valor poderia ser dado um passo importante para a construção da circular externa de Lamego. Aliás, existe um estudo prévio na Câmara Municipal que poderia servir de base, e isso seria, efetivamente, uma grande solução para o problema do trânsito no nosso município.

A circular externa de Lamego seria uma obra estruturante para a cidade e aí sim, estes 10 milhões, e os outros que já foram pagos, seriam realmente bem capitalizados.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração: “Relativamente à execução orçamental, todos sabemos como se faz uma elevada execução orçamental. Faz-se um orçamento elevado, por exemplo, de 40 milhões e quando se chega a dezembro só se executou 21 milhões, então faz-se uma revisão orçamental, para transformar o orçamento de 40 em 23 milhões. E passa-se a ter uma execução orçamental de 90%.

Foi isto que o Partido Socialista fez, durante os exercícios incompetentes que apresentou a esta Assembleia Municipal.

Nós não precisamos de o fazer e, portanto, a execução orçamental é a execução orçamental.

O que mostra o que é execução orçamental não é a percentagem, é o valor absoluto. É passar dos 20 milhões de euros de execução, para 34 milhões de euros de despesa paga. É passar de 23 ou 24 milhões de euros, de receita, para 37 milhões de receita. Isso é execução orçamental.

As percentagens são manipuladas da forma mais fácil, através de uma revisão orçamental. Provavelmente, no passado também fiz alguma, mas não precisamos de o fazer.

Sobre a internalização da Lamego Renova e o fantasma do Pavilhão Multiusos, tenho a dizer que o Pavilhão Multiusos é um dos equipamentos mais utilizados no nosso concelho. Está a cumprir o seu papel.

Tem alguns problemas, é um facto. Tem um aspeto exterior, que não beneficia aquilo que se passa lá dentro, é verdade. Mas é também verdade que nós privilegiamos a funcionalidade em detrimento do aspeto. Um dia destes daremos uma lavagem de cara ao Pavilhão Multiusos, melhoraremos as suas condições e o aspeto visual e corrigiremos alguns problemas que, de facto, existem.

O essencial é que o Multiusos é usado diariamente e nunca deixou de ser usado nos últimos dez anos, nem sequer no período da pandemia.

Em relação ao pagamento do Pavilhão Multiusos, que o deputado Romeu Sequeira referiu, informo-o de que já pagamos metade do pavilhão e ainda continuamos a discutir se devíamos ter pago, se não devíamos ter pago, se os pagamentos são regulares ou se são ilegais.

Efetivamente a extinção da empresa Lamego Renova foi feita por imperativo legal, porque não cumpria os critérios da lei do setor empresarial local, por esse motivo, considerou-se que o pedido de um empréstimo, que já estava contraído, e já estava reconhecido nas contas do município, não era sujeito a visto, porque, a partir do momento em que a Lamego Renova se transformou numa empresa municipal, o seu passivo integrava o passivo do Município de Lamego.

Quanto à dúvida se o Tribunal de Contas, entende, ou não, que os pagamentos são legais ou ilegais, a partir do momento em que não há sujeição a visto, e recordo que temos um caso muito concreto de um pagamento feito pelo anterior Executivo a uma empresa de transportes após a recusa de visto. Então submeter a visto o pagamento é ilegal e ter recusa de visto do pagamento é legal?

São questões que, de facto, podem ser colocadas, mas terão de ser discutidas em instâncias próprias, tais como todos os casos similares, muitos deles que se discutem na praça pública, que se querem transformar num julgamento público e não são discutidos no sítio certo, aqui politicamente, e se houver consequências legais a tirar nas instâncias próprias.

Ontem o senhor Primeiro Ministro espanhol, Pedro Sánchez, proferiu uma expressão interessante, “jogo limpo”, e eu digo o mesmo, haja jogo limpo, o que é, o que não é não é.

É escusado trazer para o espaço público e político aquilo que deve ser tratado nas instâncias judiciais, ou estar aqui a tentar dizer que este ou aquele pagamento, ou que este ou aquele ato, são legais ou ilegais quando há, efetivamente, instâncias adequadas para redimir essas situações.

Relativamente aos projetos do PEDU, o deputado Romeu Sequeira tem razão, já deviam estar concluídos.

Os projetos do PEDU são de 2015, em 2017 estavam prontos para lançar em obra, não o foram durante anos e hoje estamos a sofrer desse atraso, que foi provocado pelo anterior Executivo.

Quer relativamente à execução orçamental, quer àquilo que é a apreciação do Revisor de Contas e dos serviços municipais, estamos perfeitamente tranquilos.

Estas contas, como todos reconheceram, estão seguramente certas e eu estou muito tranquilo relativamente ao resultado, que é muito favorável para Lamego e para os lamecenses.

Em relação à intervenção do deputado Domingos Nascimento, que quero subscrever na íntegra, confesso que não li a primeira parte da nota, que não está anexa aos documentos, mas que faz parte do documento e que vem na sequência da sua referência ao popular reporting.

A prestação de contas simples e claras, compreendidas por todos os cidadãos, é uma obrigação dos titulares de órgãos autárquicos e um compromisso eleitoral, que assumi pessoalmente e é o que faço sempre.

Quando há dúvidas, esclareço, quando me questionam, respondo, quando os documentos não são claros, peço aos serviços para explicarem, seja à Câmara, seja à Assembleia, seja aos lamecenses.”

Foi sempre assim, com essa clareza, que me apresentei perante todos e que apresento também estas contas.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres**, para proferir a seguinte intervenção: “Senhor Presidente, não é por dizer o que disse, que as coisas passam a ser verdade, era só o que faltava.

Também era só o que faltava, que quiséssemos criar qualquer confusão. Nas questões de fundo, e refiro-me concretamente ao Pavilhão Multiusos de Lamego, houve uma discordância de fundo, desde o início. Há uma discordância política, e era só o que faltava não podermos discutir questões políticas.

Senhor Presidente da Câmara, ninguém perguntou, nem eu quero saber, o que está em segredo justiça sobre possíveis processos judiciais. Ninguém quer saber disso,

nem as pessoas que estão lá em casa querem saber, mas tem de ouvir os diferentes argumentos.

Aliás, o senhor Presidente da Câmara assumiu, ainda no início deste mandato, que foi uma opção errada, que se fosse hoje, não o fazia.

Portanto, não custa nada ter alguma coerência, porque já o disse. Bem sei que agora pode não dar jeito, mas já o disse e nesse ponto estamos de acordo. Demorou muito tempo, e demorou muitos milhões de euros a admitir essa mesma culpabilidade.

Aquilo que discutimos aqui, mesmo em relação à questão das Contas, tem a ver com opções. O Partido Socialista não acompanhou essa votação, e é bom também termos memória, pois propusemos, por exemplo, que sob a incidência do IRS, houvesse uma redução, a qual era possível. E o que é que aconteceu? A nossa posição não foi tida em conta, e isso distingue-nos daquilo que é a capacidade de financiamento do próprio município.

É verdade que apresenta aqui valores superiores naquilo que é receita, mas é bom lembrar às pessoas, que parte dessa receita, e é uma parte muito significativa, vem de impostos diretos. E foram aqui apresentadas propostas de redução desses mesmos impostos, dessas mesmas taxas, as quais não foram aceites. Portanto, temos de dizer as coisas como elas são. E não é por fazermos um conjunto de afirmações, que elas passam a ser verdade.

Para terminar este assunto, quero referir que aquilo que está dito e escrito na ressalva, por parte do Revisor Oficial de Contas, não está lá por algum imperativo legal, está lá, porque é uma salvaguarda deles próprios.

Não sei o que é que dirá o futuro. Aliás, espero que muitas destas situações pendentes, não recaiam sobre o Município de Lamego, porque se alguma destas situações pendentes recair sobre o Município de Lamego, quem paga são os lamecenses, não há a mínima dúvida quanto a isso.

Espero bem que muitas delas sejam exatamente como o senhor Presidente da Câmara diz, que está tudo legal, que é uma grande cabala e que tudo isto é um processo megalómano. Faço votos, e digo-o solenemente, que assim seja, pois, caso contrário, não será bom para ninguém.

Mas também lhe digo, comparar aquilo que é a nossa discussão política, com aquilo que são as intervenções do Presidente do Governo espanhol é no mínimo, ridículo.

É comparar o incomparável, é comparar a estrada da beira com a beira da estrada.

Portanto, esse tipo de comparações, bem como tentarmos colocar tudo no mesmo saco é uma atitude de má fé e até é de alguma desonestidade política.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração:
“Não percebo qual é a discussão política em torno da submissão, ou não submissão a visto, do empréstimo do Pavilhão Multiusos.

A discussão política, que foi feita, foi sobre o modelo das PPPs - Parcerias Público-Privadas, se foram, ou não, uma boa opção à escala nacional e à escala municipal. Em Lamego, efetivamente, não foram uma boa opção. A primeira PPP que foi feita, a Lameurbe, por um Executivo Socialista, faliu. Perdemos o parque de estacionamento público, que foi construído pela referida empresa Lameurbe, temos processos em tribunal movidos pela empresa e a Câmara perdeu a quota-parte dos 20% que tinha na empresa, portanto, só temos um problema.

Em relação ao Pavilhão Multiusos, o que resultou foi, efetivamente, uma necessidade de internalização por obrigação legal, o que se fez. O município assumiu a gestão do equipamento e o pagamento dos respetivos custos e está em serviço, como qualquer outro equipamento municipal. Está a cumprir a sua função e está ao serviço da população.

Se dúvidas houver, sobre algum aspeto, nomeadamente o da sujeição, ou não, a visto, a entidade adequada para dirimir e decidir sobre esse tema, é precisamente o Tribunal de Contas, a quem, não tendo sido sujeito a visto prévio o empréstimo, foi sujeito posteriormente, no processo de internalização e extinção da Lamego Renova, que foi remetido de imediato para o Tribunal de Contas, logo que foi aprovado nesta Assembleia Municipal.

Portanto, não vale a pena confundirmos o que são questões políticas, com o que são questões jurídicas, que têm de ser decididas na sede própria e que isto possa valer para todos os assuntos que tratamos no dia a dia.

Em relação às contas, repito, as contas que estão apresentadas, são contas que dão ânimo ao Executivo Municipal, às Juntas de Freguesia, e aos lamecenses, de que continuaremos a ter condições para fazer o nosso trabalho e para alavancar, no futuro próximo, um conjunto enorme de investimentos de que Lamego carece.”

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que estavam trinta e cinco membros presentes na sala.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com vinte e cinco votos a favor, com oito votos contra e duas abstenções.

3.9.-ASSUNTO: I ALTERAÇÃO MODIFICATIVA ORÇAMENTAL

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:

“A execução das grandes opções do plano e orçamento para 2024, à semelhança do que tem sido na execução de orçamentos anteriores, sofre várias modificações para fazer face às necessidades e planeamento de despesa de funcionamento e atividades, bem como, outras não previstas aquando elaboração do documento. São da competência do executivo municipal e não existe qualquer limitação quanto ao número anual de modificações orçamentais que podem ser efetuadas.

Assim, é proposta a I Alteração Modificativa.

Integração do saldo de gerência através de revisão orçamental;

De acordo com o mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental, em anexo, o saldo para a gerência seguinte de operações orçamentais de 2023 para a gerência de 2024, de 2.632.293,55€, encontra-se na posse do serviço.

A presente modificação ao Orçamento assenta, num reforço da Receita em 2024, resultante da integração do saldo de gerência no valor 2.632.293,55€ e diminuição das rubricas 130199 e 0603019, no valor de 2.007.317,70€ e 1.294.025,00€ respetivamente, resultando assim num aumento do Orçamento em 400.000,00€ no qual serviu para reforçar os juros de empréstimos de médio e longo prazo.

Esta alteração modificativa, deve-se também ao facto de estar em procedimento a realização de empreitadas com encargos plurianuais, e para isso garantir dotação suficiente nos PPI's, para o ano de 2025;

1. Parque da Saúde de Lamego - aumento na rubrica 07010301, o valor de 3.000.000,00€

2. Estratégia Local de Habitação de Lamego - na rubrica 07010301, o valor de 5.700.00,00€

Nesta conformidade, proponho à consideração superior:

1) Apreciação e votação pela Câmara Municipal nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da I Alteração Modificativa Orçamental;

2) Apreciação e votação pela Assembleia Municipal da alteração modificativa, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com o mapa em anexo.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para introduzir o assunto, tecendo os seguintes esclarecimentos:

“Esta primeira alteração modificativa ao Orçamento seria sempre necessária para a incorporação do saldo de gerência dos dois milhões e seiscentos mil euros, que já referi. Vamos fazer a correção a algumas rubricas de investimento, reduzindo o orçamento para poder fazer o reforço de dois projetos fundamentais, nomeadamente o Parque de Saúde Lamego e a Estratégia Local de Habitação que será apresentada no próximo ponto.

Por se tratar, por um lado, de uma imposição legal, a integração do saldo de gerência e, por outro lado, do reforço do financiamento de dois projetos da maior importância para Lamego, proponho aos senhores deputados municipais que esta alteração seja aprovada.”

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres**, para proferir a seguinte intervenção: *“Em relação a esta questão concreta, sendo certo que não votamos favoravelmente a*

proposta de orçamento agora em vigor, é preciso ter em atenção que estas duas alterações têm a ver com duas medidas, uma que foi encetada pelo anterior Executivo e ambas com a chancela do anterior Governo. Mas, vou ser muito honesto, se fosse o atual Governo a fazê-las, naquilo que é a sua necessidade junto das populações o nosso procedimento seria o mesmo.

Em relação ao Parque da Saúde, independentemente de tudo aquilo que já se discutiu, nomeadamente as questões relacionadas com a localização, consideramos, neste momento, que não vale a pena insistir nessa discussão, porque é um assunto ultrapassado.

Logicamente que estamos de acordo sobre a necessidade de se criar uma nova unidade, dotada de melhores condições, que preste melhores serviços, nomeadamente ao nível de cuidados de saúde primários, que são essenciais para reforçar o sistema de saúde do nosso concelho.

Em relação à questão da habitação, o posicionamento é exatamente o mesmo. Foi uma medida deixada pelo anterior Governo e esperamos que não seja tomada qualquer medida de reversão, pelo atual Governo, em relação a essas medidas de apoio à habitação, e neste caso concreto, à habitação pública, com parceria pública e com a participação dos municípios.

Esperamos, também, que os processos se tornem mais céleres e muito mais eficientes do que são no Estado Central.

Nesse sentido, o nosso posicionamento vai ser muito simples. Independentemente de não concordarmos, de não ser o nosso orçamento, mas como advém de uma obrigação e de uma imposição legal, e porque são medidas que apadrinhamos e acarinhámos, desde a primeira hora, iremos votar favoravelmente esta alteração.

Para terminar a minha intervenção, permitam-me dizer que podemos estar muitas vezes em desacordo, mas acabamos de comemorar os 50 anos do 25 de abril e dos 50 anos de democracia.

O que distingue alguns de nós é exatamente a capacidade democrática, pois, mesmo estando em discordância, temos de saber respeitar a opinião divergente dos outros.

Hoje estive com atenção a todas as declarações e percebi que há algo estruturado por um partido que, sinceramente, não reconheço como sendo devidamente democrático. Estou muito preocupado com a atitude e, acima de tudo, com o teor do discurso.”

Tomou a palavra o membro **Viriato Lemos**, para proferir a seguinte intervenção: “*Mais uma alteração ao Orçamento. Quando acabam as alterações? Vamos abster-nos.*”

O senhor **Presidente da Assembleia** informou o deputado Viriato Lemos de que se tratava da I Alteração de 2024 e não de mais uma, colocando de seguida o ponto a votação, informando que estavam trinta e sete membros presentes na sala.

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta e seis votos a favor e uma abstenção.

3.10.-ASSUNTO: ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A REALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO/CONSTRUÇÃO PARA HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS EM NAZES - LAMEGO

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, que vem acompanhada da informação n.º 2252/DIM, de 17.04.2024, propondo à Câmara Municipal que, nos termos do n.º 1 do artigo 36º e n.º 2 do artigo 40º do CCP, na sua atual redação, bem como do artigo 38º do CCP conjugado com o artigo 2-A da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, aprove as peças concursais e autorize a abertura do procedimento para a empreitada “Conceção/Construção para Habitação a Custos Controlados em Nazes”, cujo valor base é de 9.800.000,00€ (nove milhões e oitocentos mil euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor, que atendendo ao valor deverá ser um concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea a) do artigo 19º do CCP, na sua atual redação, pelo prazo de execução de 18 meses.

Mais propõe que seja aprovada a constituição do júri e o gestor do contrato, nos termos propostos na referida informação e que o processo seja remetido à Assembleia Municipal.

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para introduzir o assunto, tecendo os seguintes esclarecimentos: *“Entendi que se justificava uma apresentação mais pormenorizada, desde logo pelo montante do projeto que apresentamos, de cerca de 13 milhões de euros, podendo ainda vir a ser reforçado, em função do facto de termos incorporado, além da construção nova, um conjunto de reabilitações que, pelas circunstâncias de se reabilitarem alguns imóveis, com características mais históricas, pode aumentar os respetivos custos.*

Vamos também aproveitar a apresentação do projeto da habitação social para apresentar alguns aspetos, de modificação, que pretendemos levar a cabo na rede viária envolvente e que, de resto, alguns já foram abordados, quando fizemos a apresentação do projeto do Parque da Saúde, numa das últimas Assembleias Municipais.

A habitação social, que será construída em Nazes, permitirá também uma nova ligação do bairro de Nazes à rotunda da Rua das Amoreiras.

Aproveitámos para fazer a implantação, que também já mostrámos no projeto do Centro de Saúde, da requalificação da Praça do Comércio e zona envolvente, requalificação do Jardim do Campo, requalificação de toda a avenida desde a Câmara Municipal até à Calçada da Guerra e à estrada para a Serra das Meadas, o novo troço de ligação da rotunda da Calçada da Guerra à rotunda da Franzia, atravessando um

terreno cuja aquisição já fizemos aos herdeiros do Dr. Chiquelho e posteriormente a ligação da rotunda da Franzia à rotunda, perto do Café Baía, na Avenida Defensores do Douro.

Concretamente em relação ao Bairro de Nazes, teremos duas áreas, uma área de construção em altura e uma área na encosta de construção de um piso.

Há uma pequena cave na Urbanização de Nazes, que vai ser convertida em habitação e temos uma casa em São Geans, património da Câmara há muitos anos, mas que está muito degradada, na qual construiremos duas habitações.

Haverá, ainda, um conjunto de apartamentos que serão construídos no edifício do antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários, encostado ao Palacete do Espinheiro de Aragão e cujo contrato comodado já foi estabelecido com os Bombeiros.

Decidimos também extrair as casas da Ponte de Pau da candidatura do Parque Urbano, e candidatar-las na habitação social.

As duas casas, que eram propriedade do Ministério da Agricultura, na Quinta de Santo António também estão incluídas neste projeto.

Na encosta de Nazes serão construídos também 26 fogos de rés do chão, tipologia T1, T2, T3, e no Bairro de Nazes 3 lotes, 64 fogos, em rés do chão mais 3, com os perfis típicos.

Em relação a Cambres, construiremos 18 apartamentos nas áreas definidas por lei para habitação a custos controlados, garantindo qualidade sem limitar muito as áreas.

Portanto, bairro de Nazes implantação, aqui na encosta de Nazes 26 fogos de rés do chão, tipologia T1, T2, T3, no bairro de Nazes 3 lotes, 64 fogos, em rés do chão mais 3, com os perfis típicos e as plantas também respeitando os mesmos critérios.

Em S. Geans é apenas uma pequena construção com dois fogos, um de restos de chão e um de primeiro piso. A casa é muito bonita e vai ficar muito bem requalificada e fica num sítio muito visível para habitação.

As casas da Ponte de Pau todos conhecem, em frente à Capela de Santo António e junto à Ponte de Pau, estão neste momento demolidas e serão reconstruídas.

As casas de Santo António são duas vivendas, já estiveram ocupadas pela beira de ouro, já tiveram várias vidas, mas na maior parte do tempo, sempre uma situação de abandono. Vamos fazer aqui 4 fogos.

Relativamente ao antigo quartel dos Bombeiros, é também um edifício que está em muito mau estado de conservação e que está numa das entradas da zona que queremos requalificar, na envolvente ao Jardim da República e Praça do Comércio. E, portanto, vai ter 4 fogos T1.

Resumindo, vamos ter 121 fogos. Só temos candidatura feita para 118, portanto vamos fazer uma correção de mais 3 fogos, com a concessão de uma área útil de

11.374 m². As candidaturas estão todas submetidas, foram submetidas no mês passado, quer para a construção nova, quer para a reabilitação.

O investimento total para a construção nova é 12.359.000 e para a reabilitação de 2.100.000 euros, sendo que só temos garantido um financiamento de 1.300.000, portanto vamos refazer esta candidatura, atualizando os valores e aumentando as 3 frações que estão em falta.

No que diz respeito à acessibilidade e que se prende com o facto de Nazes irá ficar limitado por um acesso a partir da rotunda do continente, que terá uma inclinação muito elevada e pelo acesso através da própria urbanização de Nazes.

O que temos planeado é fazer um novo acesso, desde a Calçada da Guerra pelo arruamento que passa ao longo do dispensário e atravessando diretamente a Nazes e depois atravessando o bairro a descida à rotunda do continente.

Este projeto seria para executar muito proximamente, permitindo libertar todo o trânsito que vai na direção, quer do Liceu Latino Coelho, quer do Jardim do Campo, sobretudo no trânsito descendente de quem vem, de Resende, de Avões, futuramente de Cambres, subindo à Calçada da Guerra.

Não é a circular, porque a circular faria este trajeto, atravessando aqui uma zona de grande declive, mas é a solução imediata que beneficia claramente a circulação na zona envolvente a um espaço que vai seguramente ter mais habitação, na perspetiva até de vir a ter nos três lotes que ficam disponíveis, nova construção que possa vir a ser promovida, ou pelo município, ou por privados. Ou seja, no loteamento de Nazes vamos construir o lote 1, 2 e 3, e o lote 4, 5 e 6 ficarão disponíveis para rentabilização futura, seja para projetos de habitação a custos controlados, seja para promoção imobiliária dependendo de como evoluir o mercado e também das necessidades de habitação no concelho.

Consideramos que é um projeto muito importante que queremos ver no terreno muito em breve, após a aprovação deste projeto nesta Assembleia Municipal, para posterior lançamento a concurso público internacional para conceção destas 121 casas de habitação, que consolidam a Carta de Habitação Social do concelho de Lamego e que responderão a múltiplos pedidos e a múltiplas necessidades que temos na nossa cidade e no nosso concelho em termos de habitação.”

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para proferir a seguinte intervenção: “O Partido Socialista, como é óbvio, irá aprovar com bastante agrado, este projeto. E é bom lembrar que este programa foi iniciado pelo Partido Socialista, quando liderava o Governo Português e não esquecer também que foi o programa +Habitação que, após pandemia, permitiu dar uma resposta para uma fragilidade que, infelizmente, sentimos a nível nacional e Lamego não é exceção.

O Plano de Recuperação e Resiliência tem aqui um bom exemplo do que é a sua missão, mas gostava que não se esquecessem algumas freguesias mais rurais, e o senhor Presidente também as referiu, que têm uma presença mais urbana, para que, numa segunda fase, também possam ter acesso a esta oportunidade, até porque estamos a assistir a uma nova realidade e já falamos aqui, que é a emigração e que está cada vez mais presente nos meios rurais.

Nesse sentido, é necessário dar uma resposta nova e dinâmica e, por isso, esperamos que este seja o mote daquilo que possa ser uma estratégia ainda mais abrangente.

o Partido Socialista aprovará esta medida e deixa uma felicitação àquilo que foi o trabalho do Governo, liderado pelo Partido Socialista, com a preocupação de por em marcha o programa +Habitação.”

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para proferir a seguinte intervenção: *“Quero reforçar a relevância política desta medida, porque é de carácter político, traduzida num conjunto de medidas práticas e objetivas que se convertem na construção de 121 habitações.*

Este plano de estratégia política é muito importante para os lamecenses e, enquanto representante do grupo municipal da Coligação Somos Lamego, não poderia deixar de subscrever e, de alguma forma parabenizar quem foi responsável por este processo.

É natural que o Partido Socialista venha reclamar os louros, daquilo que lhe competia fazer, porque o dinheiro do PRR não é do PS, é do país.

O Governo Socialista organizou, mas quem efetivamente traz o projeto para o terreno, é o Município de Lamego e fico na dúvida se o Partido Socialista estivesse à frente do nosso município o conseguiria concretizar este projeto de forma tão célere e eficaz.

De qualquer forma, é um processo sinérgico, pois há uma decisão política do Governo que subscreve um PRR com carácter europeu e o Município de Lamego assume naturalmente a sua responsabilidade e coloca o programa no terreno em tempo útil. Já percebemos que este município, e o nosso Presidente, sabem fazer isso muito bem.”

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para proferir a seguinte declaração: *“Congratulo-me com o facto de o Governo ter decidido afetar mais de 3 milhões de euros dos fundos do PRR a um programa de habitação, também mal seria que não o fizesse, pois era uma necessidade evidente.*

Claro que, do ponto de vista do município seria muito mais interessante que nos entregassem as casas prontas, em vez de simplesmente nos darem o dinheiro.

Sublinho o imenso trabalho que este processo já teve, pelas pessoas responsáveis pelos serviços, por exemplo, na candidatura, na pessoa da Dr^a. Carla Botelho e nos projetos, na pessoa da Eng^a. Madalena Pinto e todas as pessoas que com ela trabalham.

No entanto, ainda estamos no início, muitas mais horas de trabalho teremos pela frente até chegarmos ao objetivo final, que é ter casas para disponibilizar a quem mais precisa.

Reconheço, também, as necessidades de habitação nas freguesias. Tentámos fazer um polo de habitação, na construção nova, na Freguesia de Britiande, no entanto, não foi possível, porque não tínhamos um local que fosse propriedade do município e que reunisse as condições de edificação.

Sabemos que é uma necessidade, sendo que, nas freguesias, aquilo que foi o flagelo de perda de população, é hoje uma vantagem para estes novos fluxos migratórios, ou seja, há muita habitação disponível.

O que precisamos de fazer, em termos municipais, e deixo esse desafio às Juntas de Freguesia, no sentido de identificarem alguns imóveis, que estejam à venda em lugares estratégicos, com o objetivo da Câmara Municipal ir constituindo uma bolsa de imóveis que possam ser candidatados, ainda no âmbito do PRR, numa futura medida, uma vez que todo esse processo burocrático que leva a este momento, é excessivamente demorado. Se não atalharmos caminho, e prepararmos caminho, teremos sempre dificuldade em cumprir prazos e em ser eficientes.”

O senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, informando que estavam trinta e cinco membros presentes na sala.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes.

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Dirigindo-se, ainda, ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo verificado qualquer pedido de intervenção.

3.11- ASSUNTO: MINUTA

Proposta do senhor Presidente da Assembleia Municipal para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

3.12- ASSUNTO: TERMO

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão às quinze horas da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior, Mabilde Rosa Pinto Lopes, que a redigiu.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Técnica Superior